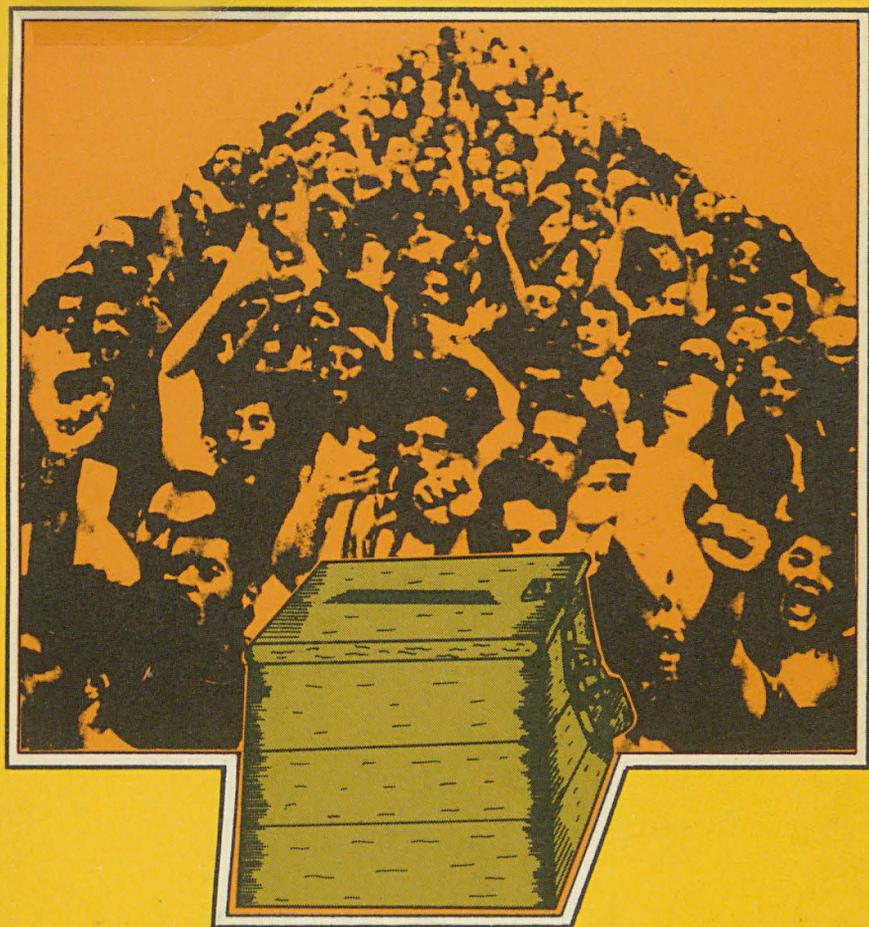


PEDRO SIMON



DIRETAS JÁ

BRASÍLIA—1984



**Senador PEDRO SIMON**

**Diretas Já**

**BRASÍLIA — 1984**



## ÍNDICE

|   | Pág. |
|---|------|
| Introdução .....  | 5    |
| Eleições diretas já e debate sobre o projeto emergência: opções para um povo unido, livre e soberano .....  | 9    |
| Aspiração do povo brasileiro em participar diretamente da escolha do próximo Presidente da República .....  | 15   |
| Protesto realizado pelos profissionais de engenharia, arquitetura, agronomia e química. Observações sobre a decisão da Mesa do Senado em proibir, temporariamente, a realização de manifestações políticas no recinto do auditório Petrônio Portella. Reparos ao discurso proferido na presente sessão pelo Senador Benedito Ferreira ..... | 34   |
| Considerações sobre cerco policial que teria sido feito, na tarde de 24-4-84, em torno do Congresso Nacional. Censura imposta aos órgãos da imprensa, em relação a transmissão dos trabalhos do Congresso Nacional. Emenda Dante de Oliveira que restabelece eleições diretas para a sucessão do Senhor Presidente da República .....       | 44   |
| Invasão do <i>campus</i> da Universidade de Brasília por tropas militares .....   | 53   |
| Defesa do restabelecimento das eleições diretas já .....  | 56   |



## INTRODUÇÃO

No dia 14-4-83, o Diretório Nacional do PMDB reunido tomou a histórica decisão de promover a “Campanha Nacional pelas eleições diretas para Presidente da República”. A justeza da decisão ficaria, meses depois, mais que comprovada. A campanha viria a empolgar todos os rincões de nossa pátria, a penetrar o tecido social, os locais de trabalho, os lares, ruas e praças. As “Diretas já” sacudiram o País, uniram o povo e apressaram, definitivamente, o fim do regime do opróbrio que assola o País. O País e o mundo viram as “diretas já” se agigantarem e se transformarem na maior e mais profunda campanha cívico-política jamais conhecida em nossa Pátria. Foram as concentrações mais ordeiras, pacíficas e patrióticas de que se teve conhecimento no Brasil.

Na reunião acima citada, ficou assentada a criação, pela Direção Nacional do PMDB, de uma Comissão constituída por “Senadores e Deputados, coordenada com os Diretórios Regionais, Municipais, demais Partidos de oposição e setores representativos da sociedade, para empreender ampla e contínua campanha em todo o País”. Esta foi uma das conclusões tiradas na reunião e expressa nos documentos e Atas do Partido.

Tivemos, então, a subida honra de ser designados pela Direção Nacional do PMDB para coordenar a “Comissão das Diretas”, a nível nacional, cuja composição atesta a seriedade, a representatividade, a experiência política e o compromisso com a democracia e com as melhores causas populares. Mister se faz, inclusive para registro, que citemos os nomes tão ilustres que compunham a “Comissão”: Senador Itamar Franco, Senador Álvaro Dias, Senador Gastão Müller e Senador Henrique Santillo; Deputado Dante de Oliveira, Deputado Domingos Leonelli, Deputado Flávio Bierrenbach, Deputado Aldo Arantes, Deputado Márcio Braga e Deputado Oswaldo Lima Filho.

Com a valiosa colaboração de tão ilustres Companheiros elaboramos o documento intitulado “Eleições Diretas já e debate sobre o Projeto Emergência: opções para um povo unido, livre e soberano” que foi, ao mesmo tempo, um programa de ação por “colocar o povo na rua” e estremecer de vez as bases de sustentação do regime que vem espoliando nosso povo, dilapidando nossas riquezas, desempregando famílias, desalojando brasileiros, promovendo a mais vil submissão de nossa pátria aos interesses do capital internacional e acober-

tando os maiores escândalos financeiros que se tenha conhecimento em toda nossa história.

Tivemos a maior preocupação no sentido de que o documento fosse amplo e democrático, que tivesse abrangência nacional e raízes firmes nas mais patrióticas e sentidas aspirações populares.

Desta maneira, logo após o documento em questão haver sido submetido e aprovado por unanimidade em uma memorável reunião de todos os Presidentes de Diretórios Regionais do nosso Partido, realizada em Brasília, a Direção Nacional do PMDB, tendo sempre a preocupação de que a “Campanha das Diretas” fosse ampla e unitária e que nela se integrassem democraticamente todos os partidos de Oposição através de seus Diretórios Nacionais, Regionais e Municipais, seus líderes em todos os níveis, os Senadores, Deputados Federais e Estaduais, Prefeitos, Vereadores, lideranças comunitárias, personalidades da vida intelectual, das artes plásticas, da música, as entidades de nossa sociedade civil como a OAB, a ABI, a CUT, o CONCLAT, os sindicatos rurais e urbanos, as agremiações estudantis e juvenis, as entidades religiosas, enfim todas as organizações e pessoas que amam a democracia e que desejam um futuro melhor para o Brasil e uma sociedade mais justa para os brasileiros.

Assim entendendo, propusemos que a campanha fosse orientada, a nível nacional, por um Comitê Suprapartidário que deveria estimular a criação de Comitês nos níveis estaduais e municipais. Cabendo ao PMDB pela simples razão de ser o único partido de Oposição organizado em todos os estados e territórios da federação e contar com diretórios em praticamente todos os municípios brasileiros, a tarefa de orientar a criação de Comitês em todos os cantos do Brasil e de levar a “Campanha”, juntamente com esses, a todos os rincões de nossa Pátria, garantindo que a “Cruzada Nacional das Diretas” tivesse abrangência nacional e popular.

Desde o início, entendemos que a “Cruzada Nacional”, como denominamos a campanha, teria obrigatoriamente, que levar para o seio do povo não somente o problema institucional: eleições diretas já em todos os níveis, Convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, livre e soberana, como também, e no mesmo plano de importância, os gravíssimos problemas que “trazem, diariamente, a intranqüilidade e a desesperança para os lares brasileiros...”

“O desemprego, o subemprego, o aumento incontrolável do custo de vida, os juros exorbitantes, a especulação desenfreada, as colossais dívidas externa e interna, a submissão aos interesses transnacionais, a alienação das decisões de política econômica, são questões que devem ser amplamente debatidas”. Afirmávamos no documento em questão.

Em poucas palavras, podemos dizer que a campanha das “diretas-já” foi concebida como um instrumento de luta, como instrumento eficaz de combate contra adversários poderosos.

Enfim, tivemos a seriedade de não brincar com os anseios populares. As “Diretas-já” não foram uma campanha de promessas. As multidões que compareceram, participaram e que foram as donas das memoráveis concentrações, o fizeram conscientes de que não iriam ouvir promessas. Sabiam que iriam somar sua força individual ao enorme caudal coletivo para conquistar dias melhores para si, para seus filhos e para o Brasil.

Em nenhum momento, e isto é fundamental, se tratou de fazer demagogia, de cultivar a falsa ilusão de que as “Diretas-já” seriam a panacéia, o bálsamo milagroso para todos nossos males. Não. As “Diretas-já” sempre foram encaradas como um meio, como um instrumento de luta para conquista da democracia e para efetivação de profundas mudanças na economia de nosso País.

Para encerrar passo às mãos do prezado amigo cópia do documento “Eleições Diretas-já e debate do Projeto Emergência: Opções para um povo unido, livre e soberano”, que foi, por assim dizer, o pontapé inicial da campanha das “Diretas-já”.

Optamos por transcrever o documento em sua forma original e na íntegra porque ele, indiscutivelmente, faz parte da história que estamos escrevendo nesses dias difíceis, mas promissores e que saberemos atravessar com determinação e patriotismo.

Tudo o mais será julgado por nossos filhos.

A campanha não parou. Ela continua. Só cessará quando o povo readquirir seu legítimo direito de escolher livre e secretamente, pelo voto universal, direito, seu Presidente da República.

PEDRO SIMON  
Coordenador Nacional da Campanha  
Pró-Diretas-Já



## — ELEIÇÕES DIRETAS JÁ E DEBATE SOBRE O PROJETO EMERGÊNCIA: OPÇÕES PARA UM POVO UNIDO, LIVRE E SOBERANO (DOCUMENTO APROVADO EM JUNHO/83)

### 1. Objetivo

A campanha pelas eleições diretas já tem por objetivo mobilizar todos os setores, segmentos e camadas sociais de nosso povo em torno da luta pela democratização do País. A cruzada nacional, que ora iniciamos, não deverá limitar-se à campanha pelas eleições diretas-já para Presidente da República, Prefeitos das Capitais dos Estados, Municípios considerados de segurança nacional, estâncias hidrominerais, e pela representação política do Distrito Federal, mas estará estritamente vinculada à exigência de revogação da nefasta Lei de Segurança Nacional, à convocação, a curto prazo, de uma Assembléia Nacional Constituinte, livre e soberana. As eleições diretas já e o Projeto Emergência serão os porta-estandartes de nossa campanha.

A campanha significa, também, a denúncia da incompetência, do descabro administrativo, dos escândalos que se sucedem e da corrupção desenfreada, resultados diretos da supressão arbitrária do legítimo direito do povo de eleger o Presidente da República.

O PMDB está consciente de que a presente campanha somente logrará o êxito almejado na medida em que as questões institucionais forem colocadas junto com os gravíssimos problemas cotidianos que trazem, diariamente, a intranquilidade e a desesperança para os lares brasileiros e, que estão no cerne das explosões coletivas de ódio e revolta que brotaram recentemente em várias cidades brasileiras.

O desemprego, o subemprego, o aumento incontrolável do custo de vida, os juros exorbitantes, a especulação desenfreada, as colossais dívidas externa e interna, a submissão aos interesses transnacionais, a alienação das decisões de política econômica, são questões que devem ser amplamente debatidas. O PMDB, neste sentido, se encarregará de divulgar e debater amplamente o Projeto Emergência que apresenta propostas patrióticas, democráticas e soberanas que possibilitam encontrar as necessárias e urgentes respostas para as mesmas.

A opção por uma campanha popular e nacional, ao contrário de outras formas de atuação política, se deve ao entendimento, que tem a direção do PMDB, de que, a exemplo da conquista da anistia, somente a força da população organizada conquistará avanços importantes na redemocratização das instituições políticas do País, e em uma mudança radical no modelo econômico imposto à Nação há 19 anos. Assim a Direção Nacional do PMDB, orientará a campanha no sentido da realização de comícios que, seguramente, concentrarão, nas ruas e praças de nossas cidades, as mais gigantescas, ordeiras e pacíficas multidões, jamais registradas na história do nosso País.

## **2. Abrangência**

A campanha pelas eleições diretas já, a divulgação, e o debate do Projeto Emergência deverão ter caráter nacional e unitário.

Por nacional entende-se a importância de que os objetivos traçados atinjam todos os pontos do território nacional, formando uma corrente reivindicatória que restabeleça a federação esmagada pelo regime autoritário.

Entretanto, somente será possível obter o caráter nacional da campanha, se a luta específica pela eleição direta à Presidência da República estiver vinculada a proposta para superação dos graves problemas por que passa o País — e a imensa maioria do povo brasileiro.

Estas propostas devem ter uma unidade nacional mas, principalmente, devem traduzir-se em esperança à solução dos problemas específicos de cada núcleo populacional do Brasil.

O PMDB está preparado para responder a este desafio. Em 1981, o Partido apresentou à Nação sua proposta de governo para o Brasil — o documento Esperança e Mudança — e, recentemente aprovou para discussão nacional o Projeto Emergência.

Com uma proposta de governo, um projeto de emergência para crise e organizado em 3.800 cidades, o PMDB poderá contribuir de maneira ímpar para impulsionar a campanha e dar-lhe o necessário caráter nacional.

## **3. Entendimentos com partidos de oposição e entidades democráticas**

O PMDB entende que a campanha pelas diretas em todos os níveis e lugares e a busca de soluções para a pior crise econômico-social de nossa história, não são, e não podem ser tratadas como questões estritamente partidárias. Trata-se de um anseio de toda a Nação, cujo caráter unitário não pode ser desprezado.

Desta maneira, a direção nacional do PMDB manterá entendimentos prévios com a direção dos partidos de oposição visando somar forças e juntos mobilizar toda a população brasileira.

Ao mesmo tempo, a direção nacional do PMDB procurará junto com os demais partidos de oposição, se possível, a OAB, a ABI, a UNE e demais organizações estudantis, a Comissão Nacional Pró-CUT, os sindicatos, as associações profissionais, as comunidades de base, enfim todas as entidades e personalidades democráticas, com o objetivo de impulsionar a campanha e organizar um comitê nacional suprapartidário representativo de todos os segmentos e camadas sociais para exercer a direção da campanha.

O PMDB fará todo empenho para que os partidos políticos de Oposição e todas as entidades e personalidades democráticas se engajem na campanha. No entanto e com o objetivo de agilizar a campanha, enquanto são feitos os entendimentos, a campanha continuará, ficando estabelecido que todo o trabalho realizado será adaptado depois de criado o Comitê Nacional Suprapartidário.

#### **4. A Campanha**

##### *4.1. O PMDB e os Comitês Pró-Eleições Diretas-Já, divulgação e debate do Projeto Emergência (CEDAPE)*

Em função de sua estrutura nacional o PMDB tem responsabilidades próprias.

Dentro destas responsabilidades está a de estabelecer níveis de componentes — coordenação e execução.

A Executiva Nacional em conjunto com o Comitê Nacional Suprapartidário Pró-Eleições Diretas-Já e análise do Projeto Emergência, coordenará a campanha nacional traçando a estratégia da mesma; planejando, orientando e dirigindo-a, em contato direto com a Fundação Pedroso Horta e, na forma do item 3, com os partidos de Oposição e representações de entidades de classe, profissionais, patronais e de empregados, bem como as Igrejas, lideranças partidárias nacionais e personalidades.

A Executiva Estadual que tratará da coordenação estadual, planejando e orientando a nível estadual e municipal, de acordo com a orientação nacional, inclusive agilizando a formação dos Comitês a serem formados. Além disso caberá à Executiva Estadual estabelecer os contatos com todos os segmentos da sociedade e com os outros partidos de Oposição, na forma do item 3, em cada Estado, para engajamento na campanha.

A nível municipal, a direção da campanha deverá ser exercida por comissão executiva que poderá orientar, planejar e coordenar a criação de comitês, inclusive suprapartidários.

Estes Comitês Pró-Eleições Direta-já (CEDAPes) poderão ser organizados em cada cidade e receberão do Partido todo o apoio material e político que estiver ao alcance do PMDB.

Não podemos crer que tais núcleos nasçam de forma espontânea. Também é tarefa do Partido, através de suas lideranças locais, fomentar a criação dos CEDAPEs em cada cidade.

O PMDB conta com alguns recursos ímpares para realizar a missão que lhe cabe. O Partido, organizado em mais de 3.800 cidades do País deverá orientar seus parlamentares, a nível municipal, estadual e federal para iniciarem pronunciamentos e iniciativas políticas visando à campanha e à formação dos CEDAPEs, sensibilizando a população para esta luta.

Dispondo de espaço na imprensa, o PMDB deverá divulgar os avanços da campanha e fomentá-la onde for necessário.

#### 4.2. *Cronograma*

A campanha pelas eleições diretas-já e a divulgação e o debate do Projeto Emergência será desenvolvida, nos Estados e em cada cidade, cabendo aos níveis estaduais e nacional dar-lhes o caráter de maior abrangência, bem como propiciar-lhes os recursos materiais a nível de textos, cartazes e outros objetivos de promoção política que darão à campanha o caráter nacional requerido.

Ao PMDB cabe, dentro de tudo isso, o importante papel de lançador e fomentador da campanha.

O cronograma, dentro das premissas acima expostas, é o que segue:

a) os líderes das bancadas do PMDB, no Senado, na Câmara dos Deputados, nas Assembléias Legislativas e nas Câmaras de Vereadores, lançam a campanha pelas eleições diretas-já e pela apresentação e debate do Projeto Emergência, lendo manifesto da direção nacional conclamando o povo a participar desta luta. Caso se concretizem os entendimentos citados no item 3; todos os partidos de Oposição, entidades e personalidades democráticas deverão fazer o mesmo;

b) envio de material e estrutura do PMDB, diretórios regionais, municipais e zonais, parlamentares dos três níveis, prefeitos e governadores, Fundações Pedroso Horta regionais dando ciência do início da campanha, explicando sua mecânica, indicando a coordenação nacional e solicitando esforços no sentido de organizar os Comitês em todos os Estados e em cada município;

c) desenvolvimento de campanha publicitária nacional, utilizando cartazes, plásticos adesivos entre outros, informando à população que a campanha está na rua e que o sucesso depende dela;

d) articulação nacional, regional e municipal entre o PMDB, demais partidos de Oposição e entidades da sociedade visando integrá-los na luta, na forma do item 3;

e) orientar para que suas convenções se transformem em instrumentos de mobilização política em defesa das eleições diretas e de divulgação e debate do Projeto Emergência;

f) o PMDB aproveitará o que lhe faculta a lei requerendo cadeia nacional de rádio e TV para apresentar à população seu programa partidário, enfatizando a questão da eleição direta para Presidente da República e o significado do Projeto Emergência, concretizando-se os entendimentos previstos no item 3, o PMDB proporá que os partidos de Oposição façam o mesmo;

g) além do caráter nacional da cadeia de rádio e TV, as direções regionais do Partido requererão, de igual modo, seu direito de utilizar uma cadeia regional de rádio e TV para o mesmo objetivo;

h) o PMDB promoverá caravanas e concentrações, com suas lideranças nacionais e com seus parlamentares, com o objetivo de dar à luta dos comitês um apoio político de peso. Nestes eventos haverá distribuição do Projeto Emergência. As citadas caravanas e concentrações serão realizadas com mútuo acordo, caso se concretizem os entendimentos do item 3;

i) as executivas estaduais do PMDB, deverão promover caravanas ao interior de seus respectivos estados, levando em consideração os entendimentos previstos no item 3;

j) será fixado um calendário para lançamento da campanha, em acordo com a Executiva Nacional, comissão coordenadora, direções regionais e governadores, do PMDB, observando-se os entendimentos do item 3;

l) além das caravanas e concentrações, a Fundação Pedroso Horta tornará disponível a possibilidade de realização de simposios, palestras e seminários, com o objetivo de dar maior vigor à campanha em cada região.

## **5. Recursos**

### *5.1 Materiais*

O que for possível conseguir, através das idéias e recursos que possam surgir durante o desenrolar da campanha.

### *5.2 Humanos*

Os recursos humanos necessários para o encaminhamento da campanha em cada Município será providenciado pelo Partido e Comitês, onde houver.

A nível nacional os recursos humanos necessários são aqueles disponíveis à Executiva Nacional, às Bancadas Federal e Estaduais, à Fundação Pedroso Horta as quais, após avaliarem a dimensão da campanha informará à direção nacional suas necessidades a nível de suplementação destes recursos.

## **6. Coordenação**

### *6.1 Política*

Enquanto não for realizada a articulação com outros Partidos democráticos e demais entidades da sociedade, a campanha será coordenada pela Executiva Nacional e pela comissão por ela designada para este fim.

Após a criação de uma coordenação suprapartidária, a Comissão interna do PMDB não será desativada, ficando responsável pelas ações do Partido dentro do escopo da campanha.

Para melhor desempenho de suas tarefas, a comissão deverá se dividir em 3:

#### **1. COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO**

- estruturação dos comitês estaduais e municipais;
- cronograma de viagens, simpósios, seminários;
- coordenação das atividades nos Estados e Municípios.

#### **2. COMISSÃO DE DIVULGAÇÃO E MATERIAL**

— propaganda, divulgação das atividades e remessas de todo o material necessário para o êxito das mesmas.

#### **3. COMISSÃO DE FINANÇAS**

- levantamento de fundos para a campanha.

### *6.2 Administrativa*

A Fundação Pedroso Horta nacional será o organismo executivo disponível à comissão de coordenação da campanha.

Para tanto, a Fundação Pedroso Horta passará a dirigir seus trabalhos, em conjunto com as seccionais regionais, vinculados à prévia articulação com os CEDAPes de cada região.

## — ASPIRAÇÃO DO POVO BRASILEIRO EM PARTICIPAR DIRETAMENTE DA ESCOLHA DO PRÓXIMO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

O SR. PEDRO SIMON (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A tecnocracia triunfante, herdeira do império estabelecido em 64, no Brasil, vive seu momento mais grave de desorientação, após acumular, insensível e irresponsavelmente, o monturo de seus fracassos.

Recebeu a delegação do Movimento de 64 para o exercício do governo real em nosso País, restando aos deflagradores da chamada revolução, apenas o mando figurativo, pelo qual assumiram o compromisso de respaldar, a qualquer tempo e a qualquer preço, os tecnocratas. Não houve nem mesmo a ressalva — é o que os fatos demonstram — de que não poderiam, uma vez comprometidos com a exceção política, submeter a Nação à dependência econômica e ao reacionarismo social.

Levamos 20 anos para desmascarar a conspirata dos tecnocratas, assim privilegiados, contra os destinos nacionais.

Parafraseando os apóstatas da Democracia substantiva, foi um esforço oposicionista “lento, gradual e seguro”...

Finalmente, porém, a Nação toda conscientizou-se dessa realidade: grassa nas hostes da “minoridade dominante” por conta do capital externo e de suas ações neocolonizadoras, uma profunda desorientação, que a leva à revolta inocultável, presentemente na superfície dos acontecimentos políticos.

É o que se depreende, diante dos últimos fatos e das últimas declarações.

Na área do autoritarismo econômico-financeiro, o presidente do Banco Central, no particular, merece a medalha de ouro, campeão que é desse tipo de propriedades.

Já ganhou, com recorde mais do que olímpico, o FEBEAPÁ — criação da genialidade imortal de Sérgio Porto — tantas e tão reveladoras têm sido as “jóias” do seu pensamento, no afã insopitável de servir a seus poderosos senhores.

As duas mais recentes oferendas de seu desarvorado espírito foram:

Primeiro: o conselho dado por essa risível autoridade aos pais de família adquirentes de casa própria pelo BNH, no sentido de buscarem no suicídio a solução para as elevações absurdas das prestações. Assim — argumentou o Sr. Celso Pastore, o seguro pagara a dívida contraída e seus familiares ficariam livres do assalto mensal das prestações desumanas, cobradas por aquele Banco, cujo ato de constituição fala em finalidades sociais.

Segundo: disse o presidente do Banco Central, do alto de sua trêfega incompetência, que “...se os Estados e Municípios estão falidos, o problema é deles”.

Mas não é, Sr. Pastore. Sua afirmação é um escândalo, lançada à face dos brasileiros.

Não indago — nem caberia fazê-lo — que partidos detêm o mando executivo nesses Estados e Municípios.

Em todos eles, por corretas e eficientes que sejam suas administrações, avolumam-se as evidências de empobrecimento. Esbarram, sem exceções, num sistema tributário concentrador, através do qual se realiza, contra a letra e o espírito da nossa formação republicano-federativa, o Estado Unitário a que S. Ex<sup>a</sup> se atrela, servilmente.

O problema da falência administrativa dos Estados e Municípios não é de seus governantes e, muito menos, do povo que governam.

É problema gerado no ventre doentio de um sistema de forças internas, subalterno a interesses externos, em permanente curso de colisão com os mais legítimos interesses da Federação brasileira.

Por isso mesmo, S. Ex<sup>a</sup> e seu grupo, nesses 20 anos de dominação, tentaram liquidar a Federação, no curso do processo colonizador que os mantém no poder.

Não se tratou, no seu caso, de um fato isolado, nem, menos ainda, de uma declaração infeliz.

Estamos diante de graves revelações, a denotar o desespero que corrói as bases do Sistema imposto em 64.

O desespero, porém, não é nada. É preciso chamar a atenção nacional para o divisionismo que está levando à loucura os “testas-de-ferro” da minoria dominante: sentem que a Nação não crê mais na fama de genialidade, construída a peso de ouro em torno de suas figuras e atos. Chegaram, pois, ao clímax de ino-cultáveis fracassos, expressão do “salve-se quem puder” do dito popular.

Sabem, contudo, ser impossível a salvação. Manifestam, em decorrência, como o presidente do Banco Central vem manifestando, o desprezo do grupo a

que pertencem por um povo capaz de julgá-los e condená-los. Nunca imaginaram que chegaria o momento de ser colocada sob risco a manutenção do poder delegado pelos autores e atores do Movimento de 64, abusivamente exercido já por duas décadas.

O Sr. Celso Pastore, na primeira afirmação — a sugestão de suicídio aos mutuários do BNH — não é sequer original. No particular, copiou o presidente visível da Nação, ao ser interrogado por uma criança sobre o que faria se, como o pai dela, ganhasse o salário mínimo, como paga de seu trabalho. Lembramos bem da resposta enfática: “Daria um tiro na cuca”...

O Sr. Pastore não vai a tanto... quer que os chefes de família, num supremo sacrifício pelo bem-estar futuro de seus familiares, desapareçam de cena, suicidem-se.

Quanto mais brasileiros morrerem agora — assim deve raciocinar esse cavalheiro — menos gente haverá para protestar por empregos, comida, educação, transporte, saneamento básico e, sobretudo, pelo direito de decidir seus próprios destinos, através de eleições diretas em todos os níveis.

Este, o espantinho que está tirando a capacidade de raciocínio de S. Ex<sup>a</sup>, sua continência verbal, sempre manipuladas habilmente, no mascaramento desses 20 anos de dominação do capitalismo selvagem, contra as potencialidades da economia pátria.

Coloco estas duas páginas no compêndio de absurdos que o Sistema vem escrevendo, em seu estertor, ao lado de outra, agora da autoria do presidente do BNH, quando manifesta o propósito de transformar aquela instituição numa gigantesca imobiliária, para alugar casas e apartamentos cujas prestações mensais os mutuários não podem mais saldar junto ao Sistema Financeiro de Habitação, pela elevação anti-social, caracterizadora dos valores cobrados.

Ainda há, para acrescentar a “briga de comadres”, entre facções governamentais, referentemente à coordenação política das atitudes do governo, o que levou o presidente de meu partido, o ilustre Deputado Ulysses Guimarães, a dizer que não se sabe mais quem fala pelo governo: se o Ministro da Casa Civil, se o Ministro da Justiça, se o Chefe do SNI, se o líder do Governo na Câmara, se... se... se... não sei até quando...

O Planalto perdeu o norte da comunicação política, sob as pressões exercidas por apetites bem conhecidos — “uma briga de foice no escuro” — cada um defendendo sua parcela de mando e, a partir dela, as vantagens decorrentes, é evidente.

Enquanto brigam as “vedetes” do autoritarismo pela vaidade das posições e o favor das vantagens, o País está parado, nosso povo sofrendo com as resultantes lógicas desse ócio.

Em 1963, segundo o colunista Castello Branco, o então Chefe do Estado - Maior do Exército, num contato secreto com o presidente da UDN, Deputado Bilac Pinto, ensejado pelo também Deputado Paulo Sarasate, sentenciou:

“Ponham o povo na rua, exigindo dos militares uma intervenção no processo político-institucional, que nós protagonizaremos a intervenção.”

À socapa, através do IPES, concebido pelo general Golbery, com apoio da fina flor do reacionarismo interno e o financiamento multinacional do capitalismo selvagem, a farsa foi armada. Usaram até um Padre — o Padre Peyton — que empresou uma campanha — o Rosário em família — na motivação da consciência cristã dos brasileiros, que o autoritarismo em gestação tinha como essencial ao êxito da sedição programada.

Não estamos aqui para fazer história.

Objetivamos, rememorando o episódio, lembrar que o povo está nas ruas agora, reclamando sua participação direta no processo político, em todos os níveis eleitorais.

Não vamos delongar esta exposição, discutindo a ilegitimidade do Colégio Eleitoral, embutido no pleito de 82. Alegam ser de detentor de procuração do eleitorado para eleger, em seu nome, o próximo Presidente da República.

Sabemos que isso é absurdo, sabemos que isso é ilógico, sabemos que isso não é real.

Uma eleição indireta é a eleição que aconteceu na Argentina, onde o Presidente Alfonsín foi eleito num pleito indireto, mas os grandes eleitores foram eleitos e, no mesmo momento em que se sabia o resultado de quais eram os grandes eleitores, sabia-se quem era o Presidente da Argentina. Pleito indireto, lá nos Estados Unidos: agora, as primárias para escolher os candidatos e, posteriormente, para escolher o Presidente dos Estados Unidos.

*O Sr. Benedito Ferreira* — Permite V. Exª um aparte?

O SR. PEDRO SIMON — Só para concluir, já lhe darei o aparte. Pode aguardar, que terei o maior prazer em debater com V. Exª

Mas aqui, no Brasil, eleger-se em 1982 um Colégio Eleitoral, para esse Colégio Eleitoral, em 1985, eleger o Presidente da República! Eleição indireta é aquela em que se elege para eleger. Eu elejo alguém dando-lhe a procuração, sabendo como ele vai exercê-la. Aparecem diante de mim vários cidadãos. Eu quero escolher, eu quero que o Presidente da República seja A, B, ou C. Eu darei o meu voto a alguém que está comprometido em votar em A, B, ou C, conforme a minha preferência. Mas, será que os eleitores que em 1982 votaram em algum de nós para Senador ou Deputado Federal, daria esse mesmo voto, sa-

bendo que nós hoje, 3 anos depois, estamos votando para Presidente da República, alguém que não é da sua confiança e da sua credibilidade?

Admitamos, para argumentar, que essa procuração tenha existido. Em primeiro lugar, será que a receberam, também os Senadores não-eleitos em 1982, como eu próprio? Não me sinto investido dessa responsabilidade. E tanto tenho certeza de que o mesmo ocorre com dois terços desta Casa que, de uma maneira clara e evidente, vieram para cá em 1978.

Fala-se, o Presidente da República, inclusive da legitimidade do Colégio Eleitoral, eleito em em 1982. E os dois terços desta Casa que vieram para cá em 1978 e que são 44? E esses 44 influem decisivamente no Colégio Eleitoral, porque a maioria, hoje, do PDS, sobre os Partidos de Oposição é de 32. Então, esses 44 que vieram para cá em 1978, portanto, não fazem parte do chamado Colégio Eleitoral eleito em 1982?

Vão votar em nome de quem? A título de quem? Representando quem? São perguntas que me parecem muito importantes.

Para os demais eleitos em 1982 temos de considerar que, em qualquer situação, de fato e de direito, é natural a retirada da confiança a qualquer tempo, na duração de três anos. Levaram-se três anos de lá até aqui. Mudou-se a política econômica e social do Governo de lá até aqui. A inflação, a 15 de novembro de 1982, quanto era? E hoje, quanto é? Os decretos de achatamento salarial, os Decretos-leis nºs 2.012, 2.024, 2.045 e 2.065 não eram da política do Governo, antes de 1982. A busca de uma inflação da qual se retiram elementos como, por exemplo, o fator gasolina, não existia antes de 1982.

Essas pessoas tiveram seus salários achatados durante o ano de 1983 e tiveram os salários achatados, sob o argumento de que era necessário achatá-los, porque o achatamento desses salários garantiria que a inflação baixaria e ela dobrou!

Desde janeiro do ano passado, quando veio o Decreto-lei nº 2.012 que começou o achatamento salarial, desde janeiro que tivemos o achatamento salarial. E o Governo garantia, através do Ministro Delfim Netto, que era a grande garantia de que ele precisava para baixar a inflação. E tivemos, de um lado, o arrocho salarial, baixando os salários e, de outro lado, a inflação dobrando.

Será que esses cidadãos, muitos deles que votaram no PDS, votariam de novo agora? Será que esse Governo ainda tem a credibilidade da opinião pública? Antes de 1982, quando se dizia que se ia recorrer ao Fundo Monetário Internacional, o Dr. Delfim dizia categoricamente que isso jamais aconteceria, que era bobagem de quem não tinha mais o que fazer. Expressões clássicas do Sr. Delfim Netto. Passou o 15 de novembro e se recorreu ao Fundo Monetário, e se entregou a nossa soberania ao Fundo Monetário. Será que muitos brasilei-

ros que votaram no PDS, vendo esse comprometimento do nosso País, ao capital lá de fora, daria ainda o seu voto ao PDS? Será, Sr. Presidente, que se o eleitorado brasileiro, que confiou em homens do PDS, soubessem que os seus candidatos são esses que estão aí dariam o seu voto a um parlamentar do PDS? Não!

Eleição indireta é muito clara, ela é democrática quando acontece quer no regime presidencialista, como na Argentina, quer no regime parlamentarista, como na Inglaterra. A chefia do Governo, na Inglaterra, compete ao partido que tem maioria no Parlamento. Mas, já se sabe que o Presidente do Partido que tiver a maioria será o Primeiro-Ministro. Quem quer um Governo conservador na Inglaterra que vote em deputado conservador, porque sabe que, em votando em deputado conservador, o governo será exercido pelos conservadores. Quem quer um governo trabalhista vote em deputado trabalhista. Mas aqui no Brasil com 3 anos de antecedência. Sr. Presidente, será que depois desses escândalos da Coroa-Brastel, das Polonetas, da CAPEMI, da Delfin e tudo o mais, que apareceram em 83 e 84, será Sr. Presidente, que muitas das pessoas que votaram, continuariam votando?

*O Sr. Benedito Ferreira* — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. PEDRO SIMON — Pois não.

*O Sr. Benedito Ferreira* — Veja V. Ex<sup>a</sup>, como é que falta sinceridade em seu pronunciamento.

O SR. PEDRO SIMON — Vamos com calma, Senador, V. Ex<sup>a</sup> está usando e abusando do desrespeito aos vossos colegas. Acho que não falta sinceridade em meu pronunciamento. Acho que sou tão sincero, como V. Ex<sup>a</sup> Admito em V. Ex<sup>a</sup> o direito de discordar do que estou dizendo. Mas faça-o com respeito.

*O Sr. Benedito Ferreira* — No pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, foi-me concedido um aparte.

O SR. PEDRO SIMON — Para não ser desrespeitado.

*O Sr. Benedito Ferreira* — V. Ex<sup>a</sup> não está sendo desrespeitado.

O SR. PEDRO SIMON — Como? V. Ex<sup>a</sup> diz que há falta de sinceridade no meu pronunciamento!

*O Sr. Benedito Ferreira* — O pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> não está sendo sincero.

O SR. PEDRO SIMON — Eu casso o aparte de V. Ex<sup>a</sup>

*O Sr. Benedito Ferreira* — Bem, V. Ex<sup>a</sup> é o homem do monólogo.

O SR. PEDRO SIMON — Eu casso o aparte. Anteriormente, V. Exª já ofendeu o meu colega de Minas Gerais,...

*O Sr. Benedito Ferreira* — V. Exª confirmou o que eu disse.

O SR. PEDRO SIMON — ...falta sinceridade no aparte de V. Exª. Não admito isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Está negado o aparte.

O SR. PEDRO SIMON — V. Exª pode dizer: eu discordo inteiramente do aparte de V. Exª

*O Sr. Benedito Ferreira* — E eu não aceito os insultos de V. Exª V. Exª está nos agredindo.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) (Fazendo soar a campainha.) — A Mesa solicita que os Srs. Parlamentares tenham calma.

O SR. PEDRO SIMON — O povo, nas ruas, dizendo que quer votar diretamente para Presidente da República, já e, agora, equivale, não como negar a retirada da procuração, que o PDS alega ter sido dada em 1982. Retirou a vontade popular em manifestação majoritária. Não há contestação passível para tal fato. O povo está nas ruas por todo o Brasil fazendo esta afirmação.

Ora, Sr. Presidente, eu me lembro, quando o Dr. Ulysses Guimarães, no final de novembro, dizia que “agora no mês de dezembro, janeiro, fevereiro, nós vamos iniciar uma grande caminhada no Brasil, pelas eleições diretas. E faremos grandes manifestações. Nós, seus companheiros de executiva do PMDB, tínhamos grandes preocupações. Dezembro, mês de formatura, mês de festa, Natal, Ano Novo; janeiro, fevereiro, meses de praia, de férias, de carnaval, meses onde há o recesso da atividade política, o Parlamento não funciona, como é que nós nos atreveríamos a ir pelo Brasil afora e imaginarmos que essa campanha pelas diretas haveria de empolgar o Brasil? Achavam muitos que se deveria deixar para março, porque nós corríamos o grande risco de termos um grande fracasso.

Lembro-me do Dr. Ulysses, quando ele dizia: esta é a vontade do povo. Essa caminhada haverá de ter êxito não por nós, mas porque o povo virá atrás de uma idéia-força, que é a idéia das eleições diretas. Idéia -força, que é a idéia das eleições diretas, não apenas na busca da eleição direta em si, mas idéia força da busca da eleição direta, porque esses milhares de pessoas que estão indo em praça pública, eles estão indo pela eleição direta, mas eles estão indo, fundamentalmente, buscando a mudança do modelo econômico-social que estamos vivendo. Não pensem que esses milhares que estão se concentrando, estão lá apenas gritando: “eu quero eleger o Presidente”. Sim, eles querem eleger o Presidente, mas eles querem a mudança do modelo econômico-social, eles querem a mudança da atual realidade, eles querem a modificação do que está aí.

Falava eu, num desses comícios, com companheiros de outros Partidos, líderes sindicais, e eles nos afirmavam: “O povo é impressionante; está de corpo e alma na campanha das diretas”. Não falam no aumento do custo de vida, não estão falando no arrocho salarial, que agora é que eles estão sentindo, não estão falando nas dificuldades que estão vivendo, porque há um fio de esperança e de expectativa de que, pelas eleições diretas, nós conseguiremos chegar à mudança da realidade que aí está. Mas, diz ele: “Se caírem as eleições diretas, se elas não forem aprovadas, toda essa contenção haverá de se esparramar em movimentos de greve e de protesto, e até de avanços, de mobilizações imprevisíveis por nossa parte. Pois essa campanha fantástica, quando é que houve outra igual, Sr. Presidente”?

Fala-se, e nós lemos na história, no movimento belicista na história deste País, que foi a Proclamação da República; fala-se, e nós conhecemos a beleza que foi o movimento favorável à Abolição da Escravatura. Mas até por que naquela época, Sr. Presidente, sem rádio, sem televisão, sem os modernos meios de comunicação, as notícias levavam meses para sair das capitais e chegar aos interiores de todo o País. Hoje, não! Hoje, o fato é visto, no momento, pelo Brasil inteiro, onde quer que ele aconteça. Por isso, essa mobilização parece-me inédita na história deste País. Parece-me que jamais, na história do Brasil, teve uma mobilização. Nós tivemos a PETROBRÁS, mas ela não engajou a Nação inteira como está engajada na campanha pelas diretas. Eu vejo pelos comícios, inclusive na minha terra, no Rio Grande do Sul, onde tem gente que nunca compareceu a um comício de oposição, pessoas que nunca estiveram num comício de qualquer partido de oposição, que nunca estiveram engajadas na vida política, no entanto, hoje, estão presentes, estão vibrando e se manifestando a favor da campanha das eleições diretas.

É a posição que a ordem constitucional que nos resta após a intervenção do triunvirato militar, com a Emenda nº 1, em nossa Lei Maior, tem de assimilar, sem pensar que ilude o povo, dando-lhe alguns poucos de seus tantos anéis, para não perder os dedos...

Em importante conferência, que teve o título de “Que é uma Constituição?”, o jurista Ferdinand Lasalle dizia que a única força ativa, cuja influência tem de ser admitida sobre todas as leis do Estado Democrático, é aquela que promana da maioria da população.

E Carl Schmitt, cuja visão do mundo jurídico sempre esteve animada por sua oposição no normativismo e ao racionalismo, ensinou que tal força ativa leva a uma ação de vontade, passando a ser identificada como “decisão política”.

No início e no término do processo jurídico-político, existe, para Carl Schmitt esse elemento volitivo fundamental — a decisão — determinando o

acolhimento das reformulações que se fizeram essenciais às construções constitucionais, segundo os reclamos majoritários da população.

O poder constituinte é, pois, a vontade política da maioria, cuja autoridade prevalece sobre todas as regras ou decisões anteriores, sempre em condições, portanto, de determinar a unidade política do todo social.

Contrariar essa regra primária de Direito é romper um dos elos institucionais mais importantes, porque negarão o princípio básico das Democracias: “Todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido”.

Não se pode exercer — legal e legitimamente — a representação popular, se ignoramos a vontade dos detentores originais da nossa autoridade legislativa.

Finalmente, é oportuno registrar nos Anais do Senado a grave denúncia dos eminentes Deputados Federais José Machado e Norton Macedo, ambos do PDS, o primeiro por Minas e este pelo Paraná.

Disseram S. Ex<sup>as</sup> que “se está armando um golpe contra as instituições democráticas” e apontaram o Ministro Abi-Ackel “como seu instrumento”, com o respaldo das poderosas forças encasteladas na área de informações.

O Ministro Octávio Medeiros seria, dentro da prática do Sistema, o sucessor lógico do atual presidente por unção, naturalmente — e, inclusive, por muito tempo foi tido nessa condição.

Superou-o, porém, a dinâmica dos fatos políticos, a partir das pressões populares exercidas em favor da restauração no País do regime democrático substantivo.

Ao lado do Deputado Maluf e do Ministro Andreazza e seus áulicos, certamente — o chefe do SNI é, presentemente, um dos poucos que ainda se abismam na convicção da “revolução permanente”.

*O Sr. Octávio Cardoso* — V. Ex<sup>a</sup> me permite?

O SR. PEDRO SIMON — Com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Nobre Senador Pedro Simon e nobre Senador Octávio Cardoso, e demais Srs. Senadores, o Regimento da Casa, no seu art. 16, do Uso da Palavra, no item X, letra d diz o seguinte:

“A recusa de permissão para apartear será sempre compreendida em caráter geral, ainda que proferida em relação a 1 (um) só Senador.”

Por conseguinte, V. Ex<sup>a</sup>, regimentalmente, está impedido de conceder apartes a qualquer outro Senador.

*O Sr. Octávio Cardoso* — Eu me rendo à soberania do Regimento.

O SR. PEDRO SIMON — É um político, portanto, francamente.

A revelação dos ilustres Deputados do PDS é da maior gravidade. Até porque o estofo político do atual Ministro da Justiça não chega a ser um bom exemplo. A Nação lembra que S. Ex<sup>a</sup> estava a um passo do Partido Popular, praticamente de ficha assinada com o nobre Governador Tancredo Neves, quando a oferta do Ministério mudou de cima abaixo suas convicções e o fez passar “de armas e bagagens” para o PDS.

É um político, portanto, francamente sensível aos ventos do poder.

Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Concluo, dizendo, em nome do PMDB do Rio Grande do Sul, que para os gaúchos não como se possa falar, no momento, em negociações, neste emaranhado de contradições caracterizadoras das posições governamentais. Não há, inclusive, um interlocutor representativo do pensamento das forças enquistadas no Planalto, onde — é de notar — a unidade anda bastante distanciada.

O povo, ocupando as praças públicas, é o único interlocutor válido neste momento de tantas e tão justificadas apreensões com os destinos nacionais.

O pensamento brasileiro avançou. A idéia nova, em qualquer campo de relacionamento político, hoje em dia, é por eleições diretas em todos os níveis.

O Brasil dos nossos dias, socialmente falando, é um paiol de pólvora, com um pavio bem curto, que a fome poderá acender a qualquer momento.

A fome e o desemprego constituem hoje, para os brasileiros, desafios que se colocam à frente de qualquer processo, mas que só poderemos vencer, abrindo ao povo uma participação ampla e efetiva, para dela podermos retirar legalidade integral e legítimo solidarismo entre todos os estratos sociais que se somam nacionalmente.

Não há como negar que a área econômico-financeira do Governo perdeu totalmente a credibilidade, tendo em vista não só os erros cometidos, como suas afirmações falsas, suas promessas nunca cumpridas e o clima de corrupção que cerca o setor.

Essa combinação de valores negativos resultou em sofrimento cada dia maior para a maioria dos brasileiros, imposto por uma minoria insensível, que sacrifica a seus lucros crescentes e anti-sociais o destino da maioria.

Qualquer governo que suceda ao atual, sem ter sua origem no voto popular, irá de encontro à consciência da Nação, diante da crise generalizada a que o Brasil está submetido, por 20 anos de manipulações com o poder, sem consulta ao povo e sem compromissos diretos com ele.

Na sua grandeza, nossa gente suportou o que podia e o que não podia, dando todas as oportunidades e créditos aos usurpadores de seus direitos demo-

cráticos. A questão, agora, transcende mesmo à legitimidade do poder em si mesma. Sua relação maior é com o respeito a que todos os brasileiros têm direito, dentro do quadro desalentador da hora presente.

O Colégio Eleitoral a que se apegam uns poucos, como tábua de salvação, será a perda deles e nossa.

Sr. Presidente, eu pediria a V. Ex<sup>a</sup>, mesmo porque não é do meu feitio, não é do meu estilo, eu gostaria de dar o aparte ao ilustre Senador por Goiás que, tenho certeza, haverá de fazê-lo de forma a que possamos estabelecer o debate que S. Ex<sup>a</sup>, com o brilhantismo que o caracteriza, e nós, com a nossa humildade, podemos estabelecer .

Darei, com o maior prazer, o aparte ao ilustre Senador Benedito Ferreira.

*O Sr. Benedito Ferreira* — Agradeço a deferência de V. Ex<sup>a</sup>, mas não vou dar o aparte, não vou turbar o discurso de V. Ex<sup>a</sup>

O SR. PEDRO SIMON — Sr. Presidente, eu encerro, dizendo apenas o seguinte: acho que estamos vivendo, realmente, uma hora muito importante, uma hora em que a decisão deverá ser tomada. A situação do Brasil nós a conhecemos, a nossa dívida externa, os nossos governantes andando e peregrinando pelo mundo em busca de salvaguarda das possibilidades de pagarmos os nossos juros. As manchetes dos jornais de hoje noticiam, com grande alegria, que as exportações avançaram sobre as importações em um bilhão de dólares. Seria um fato da maior importância, Sr. Presidente, quando dizem que o excedente das exportações será de cerca de 8 a 9 bilhões de dólares, se não soubéssemos que só no serviço da dívida vamos pagar 14 a 15 bilhões de dólares.

Então, repare, Sr. Presidente, estamos controlando as importações até no essencial, estamos exportando até o que falta à mesa do trabalhador brasileiro, e são os jornais de ontem que publicaram notícias da maior seriedade, da maior importância e do maior significado sobre o futuro das gerações deste País, onde eles dizem com todas as letras — repare V. Ex<sup>a</sup> — 30 milhões de crianças subnutridas.

“A Sociedade Brasileira de Pediatria adverte: esse problema leva à formação de uma sub-raça. A existência de 30 milhões de crianças brasileiras desnutridas, em decorrência da situação sócio-econômica do País, deverá levar à formação de subgrupos de indivíduos de condições inferiores, mais baixos, com menos peso, com déficit intelectual, oferecendo possibilidade de ser mais facilmente manipulados, com poucas chances de fazer qualquer coisa, muito menos reivindicar.”

Quem pinta esse futuro para as gerações de desnutridos é o Presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria, Fernando José da Nóbrega.

Pois, nesta hora, Sr. Presidente, quando já se fala na formação de uma sub-raça de brasileiros, levados pela fome, acostumando-se a conviver com a fome, e o cérebro fica menor, o estômago fica menor, e os órgãos menores, uma sub-raça, como dizem, pois não há preocupação em alimentar essa gente, Sr. Presidente, porque a preocupação do País é produzir para exportar, produzir a soja para exportá-la, da soja pode-se tirar a carne, pode-se tirar o leite, pode-se tirar o pão, podem-se tirar 43 subprodutos. Não; fizemos da soja o alimento para o gado europeu, damos para o gado europeu aquilo que estamos tirando das nossas crianças, o alimento.

Produzimos a lã para exportar, o café, o açúcar, o algodão, o cacau para exportar; estes produtos são os que têm prioridade na mesa do Ministro da Agricultura, do Ministro da Fazenda, do Presidente do Banco do Brasil.

Agora, Sr. Presidente, o alimento para o povo brasileiro, a alimentação do povo brasileiro, isto não, esta não é prioritária.

*O Sr. Fábio Lucena — V. Exª me permite um aparte?*

O SR. PEDRO SIMON — Com todo o prazer, nobre Senador.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — V. Exª pode usar do aparte porque S. Exª, o Sr. Senador Pedro Simon, tomou uma atitude inicial e, depois, achou que deveria, mesmo por uma questão de educação parlamentar, ceder o aparte ao nobre Senador Benedito Ferreira S. Exª declinou, já havia passado a oportunidade; por conseguinte, quem desejar apartear o nobre Senador Pedro Simon, poderá fazê-lo porque o aparte foi oferecido ao primeiro aparteante, o Sr. Senador Benedito Ferreira.

*O Sr. Fábio Lucena —* Agradeço a gentileza de sua explicação, Sr. Presidente, porque foi acompanhando a observância do Regimento que eu tomei a liberdade de solicitar o aparte ao eminente orador. Nobre Senador Pedro Simon, exportar soja, carne e outros produtos de origem animal e vegetal não é nada, o pior é o que está acontecendo no Estado de V. Exª, no Paraná, nos Estados do Centro-Sul; estão exportando crianças recém-nascidas. Domingo, a Rede Globo, no seu programa “Fantástico”, exibiuessa que é a mais negregada, abjeta e nefanda das mercaturas; crianças recém-nascidas são depositadas no juizado de menores, onde são urdididos os processos de adoção, e lá se vão as crianças brasileiras para os países europeus, e até do Oriente Médio, com ampla propaganda existente no Estado de Israel, propaganda que dá conta, para o mundo inteiro, de que o Brasil é o país mais fácil de se comprar, mediante a adoção forjada, um ser humano recém-nascido. Isto é que é grave, retrata o País e dói como ferro em brasa no coração. E como disse outro dia aqui, apenas para rimar — E viva a Revolução!

O SR. PEDRO SIMON — Repare V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Fábio Lucena, que não é de hoje que se tem notícias de fatos como esse. E eu, uma vez, discutindo essa matéria com certas pessoas, elas me argumentavam: — “mas é melhor que essas crianças, para o seu futuro, vão para lares da classe média da Europa, dos Estados Unidos, onde serão cidadãos garantidos com o seu futuro, do que ficarem aqui no Brasil onde, por exemplo, o Nordeste em cada 1.350 morrem antes de completar um ano de idade”. É dolorosa a resposta, e foi dada por uma pessoa muito importante, é dolorosa a resposta. Mas, na verdade, um fato como esse, que é uma bofetada em cada um de nós, acontece e aconteceu, Sr. Presidente, eu não tenho conhecimento depois, e pelo “Fantástico”, na Rede Globo, passou pelo Brasil todo e a Nação inteira tomou conhecimento...

*O Sr. Fábio Lucena* — Senador Pedro Simon, apenas para complementar...

O SR. PEDRO SIMON — ... eu não tenho conhecimento de nenhuma ação, de nenhuma notícia que tenha vindo, no sentido de que se está fazendo alguma coisa para coibir que isso continue acontecendo.

*O Sr. Fábio Lucena* — Nobre Senador Pedro Simon, apenas para complementar...

*O Sr. Mário Maia* — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

*O Sr. Fábio Lucena* — ... que eu havia esquecido: eles escolhem as crianças recém-nascidas do Centro-Sul porque são de regiões prósperas.

O SR. PEDRO SIMON — Não, é porque a colonização européia existe ali e há uma certa afinidade.

*O Sr. Fábio Lucena* — Não só por isso, eles não aceitam adotar as crianças do Nordeste porque já nascem semimortas pela desnutrição. Essa é a realidade.

Essa é a realidade.

*O Sr. Mário Maia* — Senador Pedro Simon, V. Ex<sup>a</sup> me permite?

O SR. PEDRO SIMON — Pois não, nobre Senador.

*O Sr. Mário Maia* — Nobre Senador Pedro Simon, permita que eu ajunte aos dados estarrecedores que V. Ex<sup>a</sup> apresenta, nesta Casa, ao final do seu discurso, alguns dados que nós temos aqui em mãos, também, que servem de manchete a outros jornais. Leio, aqui, no *Jornal do Brasil*, de 1º de abril: “Doenças matam por ano milhões de nordestinos”. Os nordestinos estão mal de saúde. Quatro milhões têm esquistossomose. Três milhões têm doenças de Chagas. Surgem 17 mil tuberculosos por ano. E de cada grupo de mil crianças nascidas vivas, 200 morrem antes de um ano”. Mais dados aqui, nobre Senador, para enfatizar porque esses dados já foram inseridos em discurso que tive a oportunidade de fazer, mas por serem da mais grave importância e da maior seriedade para o nosso País, não custa repeti-los, inserindo-os no discurso de V. Ex<sup>a</sup> Aqui,

Dom José Rodrigues de Souza disse que morrem duas crianças, por dia, de fome em sua diocese. E o Cardeal Dom Aloísio Lorscheider afirma que estima em três e meio milhões o número de nordestinos mortos entre 1979 e 1984. Cifra que, segundo o próprio cardeal, ultrapassa em 50% o número de judeus assassinados pelos nazistas na última guerra mundial. Ainda mais, nobre Senador: eu também gostaria de lembrar e inserir, no seu discurso, referência que eu também já fiz, aqui, aos dados apresentados pelo Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, o Brigadeiro Waldir Vasconcelos, referindo-se aos jovens que se apresentam para o serviço militar, mostrando que, de 1 milhão e 400 mil jovens apresentados, 700 submeteram-se a exames médicos, e apenas metade foi considerada apta; a outra metade, cerca de 50%, com inaptidão para o serviço militar, causada por deficiências físicas, deficiência mental, marcada por falta de acuidade, diminuição na acuidade visual, carências de ordem geral e, principalmente, deficiência na formação esquelética, relacionada com a coluna vertebral e com os membros inferiores, caracterizando-se, assim, uma geração, já não em formação, mas já uma geração de sub-raça, proveniente das populações subnutridas das regiões do Nordeste e do Norte, e outras periferias, mesmo das grandes cidades. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

O SR. PEDRO SIMON — Repare que V. Ex<sup>a</sup> lê uma publicação do dia 1<sup>o</sup> de abril, exatamente no Vigésimo Aniversário do Movimento de 1964.

Não é por nada, realmente, Sr. Presidente, que o Presidente da República, no seu pronunciamento do dia 31 de março, não deu uma palavra de esperança, de fé, de encorajamento. Vigésimo Aniversário do Movimento de 1964, e S. Ex<sup>a</sup> não disse uma linha sobre o lado bom — e até aí vou ser sincero, Sr. Presidente — e talvez tenha sido importante de sua parte, não tendo o que dizer, sobre o assunto, não dizer nada. Embora, lamentavelmente, a única que tenha feito foi ir em cima de um País que, de Norte a Sul, clama por eleição direta, e dizer que não vai dar.

Ora, Sr. Presidente, esses 20 anos do Movimento de 1964, realmente, aí estão. Nós estamos à espera dos programas de televisão, pagos pelo Governo. Lembro-me, Sr. Presidente, que até há poucos anos, na semana que antecedia ao aniversário da Revolução, era cada dia um Ministro na televisão, cada dia um Ministro falando sobre os êxitos da Redentora. Hoje, vai o Presidente e não diz uma palavra, a não ser noticiar que não teremos eleições diretas.

Depois desses 20 anos, Sr. Presidente, parece-me que não há dúvida alguma de que a responsabilidade deste Congresso é muito grande. Não sei, honesta e sinceramente, não sei, mas as pesquisas estão a dizer, pesquisas feitas pelo IBOPE, pelo Instituto Gallup, instituições que não têm nenhuma ligação com a Oposição, falam em 90%, 92% ou 93% que são favoráveis às eleições diretas.

Será, Sr. Presidente, que o Congresso Nacional votará contra a vontade do povo brasileiro? Será que, nesta altura, nesta hora, nesta realidade, vamos votar contra o povo brasileiro?

É verdade que o *Jornal do Brasil*, numa coluna muito conhecida, de um dos maiores jornalistas brasileiros, ele reproduz uma afirmação que lhe teria sido feita pelo Presidente do PDS, teria dito o Senador José Sarney que duas são as piores posições, hoje, neste País: do Presidente da FUNAI e do Presidente do PDS. Realmente, não sei se essa posição é difícil, o que sei, Sr. Presidente, é que de um lado se encontra a sociedade inteira.

E repare, Sr. Presidente, que não são apenas os trabalhadores, os homens de Oposição, os estudantes, as esquerdas, é toda a sociedade brasileira; são as igrejas, os intelectuais, os empresários, são os homens do próprio PDS, Sr. Presidente, que se manifestam pessoalmente favoráveis às eleições diretas.

Aí se diz, Sr. Presidente, porque na verdade — e isso é importante — esse avanço da sociedade brasileira já tem um objetivo alcançado: ninguém tem coragem de dizer que é contra as eleições diretas. Ninguém. Todo mundo é favorável às eleições diretas. A nossa discussão é quanto à oportunidade.

Nós achamos, Sr. Presidente, que a oportunidade é já, que, afinal, 20 anos são 20 anos, Sr. Presidente. Será que 20 anos não chegam, são duas décadas; são gerações que se formaram; são milhões de brasileiros que nasceram e outros que morreram: são milhões de brasileiros que não tiveram uma oportunidade. Será que nós estamos a exigir pressa demais, é apressar o passo, Sr. Presidente? É apressar o passo, pedindo eleições depois de 20 anos? Deixando claro, Sr. Presidente, que é claro e é lógico que quando falamos em eleições diretas nós estamos sabendo que não será a eleição direta que resolverá os problemas brasileiros. É evidente que não! E não será amanhã, elegendo-se um homem, seja ele de qual partido for, Presidente da República, pelo voto direto, no dia seguinte estarão resolvidos os problemas deste País. É claro que não! O que nós achamos é que o início do equacionamento das soluções dos problemas deste País começam pela eleição direta. A eleição direta é o primeiro passo. Na hora em que o povo escolhe alguém que o represente, na hora em que os candidatos vão para a praça pública, buscando o apoio do povo, para a plataforma que apresentarão; na hora em que se estabelecer um novo pacto social, substituindo esse que aí está, entre as entidades de informação, entre os tecnocratas do poder, os homens do capital externo do Fundo Monetário, por um pacto social onde participa o conjunto da sociedade brasileira, haverá de se iniciar o equacionamento das soluções para buscarmos, talvez, até, com medidas, algumas com remédios dolorosos e difíceis, que terão que ser aplicadas, para equacionarmos a solução para os nossos problemas.

Ora, Sr. Presidente, se temos que buscar o equacionamento de soluções para os nossos problemas, o Brasil pode se dar ao luxo de esperar mais seis anos? Agora não! Vamos esperar mas seis anos com o Coronel Andrezza, com o Dr. Maluf, ou seja lá com quem for? Vamos fazer com que esses tecnocratas continuem no poder mais seis anos, para daqui a mais seis anos, vinte e seis anos, um quarto de século, mais de um quarto de século depois, para então iniciarmos o equacionamento dos problemas brasileiros?

Mas por que, Sr. Presidente? Por que não fazê-lo agora? Qual a razão de não fazê-lo agora? Nós somos favoráveis às eleições diretas para os Prefeitos das Capitais, nós somos favoráveis à eleição direta para Prefeitos de áreas de segurança e estâncias hidrominerais. Pretendemos votar. Mas, repare! O Governo resolveu dizer que vai votar a emenda para a eleição de Prefeitos para as Capitais, para as áreas de segurança e das estâncias hidrominerais. Muito bem, Sr. Presidente, mas o Governo não aceita votar para a eleição do Presidente da República!

Ora, Sr. Presidente, quando se elegeu o Deputado Estadual, quando se elegeu o Governador também se sabia que o Prefeito da Capital seria escolhido pelo Governador e votado na Assembléia. Era esse o princípio. Era essa a regra do jogo. Qual era a regra do jogo? O que estava na Constituição? Compete ao Governador indicar a Assembléia; compete à Assembléia decidir sobre a escolha do Prefeito da Capital. E no entanto, o Governo disse que vai mudar a regra do jogo. Isso que os Prefeitos já estão empossados, os Governadores todos já enviaram às Assembléias, e as Assembléias já os homologaram, eles já estão no exercício e, no entanto, vem o Governo e diz: nós vamos mudar a regra do jogo e vamos eleger, pelo voto popular, os futuros prefeitos. Ótimo, ótimo, estamos plenamente de acordo. Pois se o Governo faz isso, alterando as regras do jogo, lá onde as regras já foram cumpridas o jogo já terminou, ele vai anular e marcar outro jogo e começa tudo de novo. Nós achamos que está certo, Sr. Presidente, nós achamos que está certo. Mas, por que, aqui, em que o jogo não começou e que vai ser lá adiante, o Governo vem e diz: não, aqui não pode? Ora, Sr. Presidente, sob que lógica, sob que argumento? Há coisas que são mais importantes do que o fato em si.

Eu poderia entrar longamente na discussão em cima do Colégio Eleitoral. Poderia vir com o argumento do absurdo, que é o argumento de o Estado de São Paulo, com vinte e tantos milhões de habitantes, ter o mesmo número de Deputados Estaduais do Colégio do que os Estados menores. Perdõe-me o colega, como o Piauí, do nobre Senador Alberto Silva. Não há lógica nisso, Sr. Presidente. Todo mundo sabe que é uma conta de chegada. O Governo tinha muito pouca convicção de ganhar nos grandes Estados e sabia que com o seu poder ele podia executá-lo com muito mais força nos pequenos Estados.

O recém-criado Estado de Rondônia, Sr. Presidente, eu não sei muito bem, mas, parece-me são duzentos mil ou trezentos mil eleitores, manda para o Colégio Eleitoral seis eleitores, iguais ao Colégio Eleitoral das Minas Gerais, do meu amigo Itamar Franco, que manda os mesmos seis Deputados Estaduais. Ora, Sr. Presidente, isso é conta de chegar, todo mundo sabe que isso é conta de chegar.

Antigamente dizia-se que esses Deputados Estaduais participavam do Colégio Eleitoral, eleitos pela Assembléia Legislativa; os Deputados Estaduais foram eleitos pelo povo, então os Deputados Estaduais vinham para o Colégio Eleitoral escolhidos pela Assembléia que representava o povo. Agora não, Sr. Presidente, agora é o partido majoritário. O PDS ganhou as eleições no Rio Grande do Sul, mas se prevalecesse a regra anterior, poderia vir do PDS, não sei, mas pela lógica, se daria à Assembléia do Rio Grande do Sul o direito de escolher. E pela regra e pela lógica, viriam para o Colégio Eleitoral os representantes da Oposição, porque o PMDB e PDT têm trinta e seis Deputados, o PDS tem vinte e três, pois os vinte e três mandam para cá seis Deputados Estaduais, escolhidos pelo Diretório do PDS. Mas, desde quando o Diretório do PDS representa o povo do Rio Grande do Sul, Sr. Presidente? Desde quando? Poderá se dizer, e o mesmo acontece em São Paulo, onde o PMDB mandará os seis, o mesmo acontece no Rio de Janeiro onde a Oposição mandará os seis. Não tem problema, Sr. Presidente, o que nós defendemos é que as Assembléias é que deveriam eleger, como era antigamente, as Assembléias elegiam. Mas, o Governo jogou na divisão das oposições, que não foi tão grande quanto eles imaginavam. A nível de Governo estadual, perdemos no Rio Grande do Sul, é verdade, mas a nível de outros Estados ela não exerceu esse efeito, porque o único Estado onde o PDS perdeu eleitoralmente e ganhou como partido majoritário foi no Rio Grande do Sul. Em nome de quem esses caras estão aqui, Sr. Presidente? Pode o Diretório do PDS ou o Diretório do PMDB de São Paulo, ou o Diretório não sei de quem em outro Estado, escolher os delegados que, em nome daquele Estado, irão para o Colégio Eleitoral? O argumento de que ele era Assembléia ainda é um argumento respeitado. Afinal, Assembléia, representa o Estado, a Assembléia elegerá os representantes em nome do Estado. Mas, o Diretório Regional de um partido, PDS, PDT, PMDB, PT, esse é que vai escolher, Sr. Presidente? Em nome de quem? Pois é isso que acontece, Sr. Presidente. São coisas absurdas.

*O Sr. José Fragelli* — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. PEDRO SIMON — Pois não.

*O Sr. José Fragelli* — Só para não fugir à oportunidade. Essa falsificação da verdade eleitoral, como V. Ex<sup>a</sup> está expondo muito bem, pode levar até a um impasse, que é o que está acontecendo no meu Estado.

O SR. PEDRO SIMON — Empataram?

*O Sr. José Fragelli* — Empataram. Vamos ver como é. Essa lei é tão perfeita que, pela primeira vez na história política do País, nós vamos chegar a um impasse para a indicação de alguns dos eleitores no Colégio Eleitoral do Senhor Presidente da República. Vê se V. Exª pode resolver o caso aqui para nós agora.

O SR. PEDRO SIMON — Eu já posso lhe dar a resposta do que eles vão fazer. O que vale mais no empate, o partido que tiver maior legenda na eleição para Deputado, o partido que empatou...

*O Sr. José Fragelli* — Esse foi o PMDB em Mato Grosso do Sul. Essa tese eles não vão aceitar.

O SR. PEDRO SIMON — Essa não dá? O Partido que empatando para Deputado deu o Governador?

*O Sr. José Fragelli* — Também não aceitam, porque nós ganhamos a eleição de Governador.

O SR. PEDRO SIMON — É bom a gente esperar, não tenho a mínima idéia que eles vão inventar.

Mas, Sr. Presidente, tenho dado. (Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Comunico a V. Exª que dispõe de três minutos para concluir o seu discurso.

O SR. PEDRO SIMON — ... pois não, Sr. Presidente.

O nobre Senador Mário Maia, do Acre, apresenta aqui e já apresentou ao Senado, um dado que me parece importante, Sr. Presidente. O PMDB, sozinho, fez dezenove milhões e cinqüenta e nove mil votos. Quarenta e quatro por cento do eleitorado; o PDS fez dezessete milhões novecentos e sessenta e seis mil. Quarenta e um por cento do eleitorado. Só o PMDB fez muito mais de um milhão de votos do que o PDS. As Oposições todas somadas, Sr. Presidente, fizeram vinte e cinco milhões de votos contra dezoito milhões de votos. Isso não é importante, Sr. Presidente? Pode-se dizer que são essas as regras aqui. Regras são regras, Sr. Presidente. Será que as regras estão acima da vontade do povo brasileiro? Estão, acima da vontade do povo brasileiro, Sr. Presidente? A Oposição pede uma coisa muito simples, permitir ao povo o direito de votar.

Falam que é preciso um período de transição e que o período de transição é muito importante. Eu acho que é muito importante. A única pergunta que eu faço é a seguinte: Por que se perdeu tanta confiança nesse General Figueiredo, pelo qual eu não tenho a menor simpatia, ao contrário, faço as maiores restrições? Mas, eu acho que é uma ofensa gravíssima que se faz ao General Figueiredo, quando falta um ano para ele completar o mandato, e se diz que se

deve eleger alguém para fazer o período de transição. Por exemplo, Sr. Presidente, o Governador do meu Estado, S. Ex<sup>ª</sup>, o Governador Jair Soares enviou um telex ao Chefe da Casa Civil propondo um mandato-tampão de dois anos: eleições diretas em 1986, para o período de transição. Mas por que, Sr. Presidente, a transição não pode ser feita neste ano do Governo Figueiredo? Por que não? Se tem eleição direta, que se faça a transição nesse seu Governo, que ao invés de ser um fim de Governo, o mais doloroso, o mais dramático, o mais infeliz que não se pode desejar para um inimigo da Pátria que mais se odeia: uma inflação já está em 230%, vai a quanto, Sr. Presidente? Uma dívida externa que já está a 112, vai a quanto, Sr. Presidente? Os escândalos que estão aí se multiplicando, qual será o novo, Sr. Presidente? Em meio a isso tudo, o que restará a esse homem senão essa possibilidade de que ele, em atendendo o apelo de toda a Nação permita que o Congresso vote pelas eleições diretas e faça, no seu Governo, a transição, Sr. Presidente.

Acho que essa é a grande saída pacífica para esta Nação. A Oposição poderá até ser derrotada. Poderemos perder até essa parada, não sei, acredito que não, Sr. Presidente, mas a verdade é que sinto no ar, nas ruas, nos caminhos e nas estradas de todo o Brasil que há uma expectativa imensa na aprovação dessa emenda.

Não sei, Sr. Presidente, se essa emenda não for aprovada, se nós quisermos empurrar goela abaixo do povo brasileiro mais um mandato irreal de alguém, à revelia da vontade da Nação, não sei quais os caminhos que a Nação percorrerá. E o que de mais doloroso existe, Sr. Presidente, é que se fala por aí afora que o Congresso não votará, porque ainda que possa passar na Câmara, o Senado não aprovará.

Tenho respondido, Sr. Presidente, com a maior tranqüilidade, que duvido que se for aprovado na Câmara, o Senado, que representa a vontade dos Estados, haverá de arcar com a responsabilidade de votar contra toda a Nação brasileira. Muito obrigado. (Muito bem!)

**— PROTESTO REALIZADO PELOS PROFISSIONAIS DE ENGENHARIA, ARQUITETURA, AGRONOMIA E QUÍMICA. OBSERVAÇÕES SOBRE A DECISÃO DA MESA DO SENADO EM PROIBIR, TEMPORARIAMENTE, A REALIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÕES POLÍTICAS NO RECINTO DO AUDITÓRIO PETRÔNIO PORTELLA. REPAROS AO DISCURSO PROFERIDO NA PRESENTE SESSÃO PELO SENADOR BENEDITO FERREIRA**

O SR. PEDRO SIMON (PMDB — RS. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Realizou-se ontem, dia 27 de março, em todo o Brasil, o Dia Nacional de Protesto da Engenharia, Arquitetura e Agronomia contra o massacre que vem sofrendo a engenharia e a tecnologia brasileira, nos dias de hoje.

Esta Casa, Sr. Presidente e Srs. Senadores, não pode deixar de registrar e refletir sobre tão importante manifestação, principalmente quando parte de categorias profissionais ligadas diretamente aos setores produtivos da Nação, na cidade e no campo. Categorias estas responsáveis, em última análise, pelo planejamento e desenvolvimento de nossa produção industrial, habitacional e agrícola. Profissionais ligados, entre outros aspectos, à construção da casa e à produção do alimento.

Uma pergunta, entretanto, nos assalta:

O que faz com que engenheiros, arquitetos e agrônomos interrompam seus afazeres habituais e saiam às ruas e aos auditórios de todo este País para protestar? Contra o quê protestam estes profissionais?

A resposta está no Manifesto das entidades promotoras que afirma:

“Nós, engenheiros, arquitetos, agrônomos, químicos e técnicos de grau médio de áreas afins *alertamos* a Nação brasileira para o grave momento que estamos vivendo:

— *Sucateamento* de nossas indústrias num processo de falência e *desnacionalização* das empresas;

— *recessão* duradoura com *desemprego* sem precedentes em nossa história, quando ao lado de um salário achatado há um número crescente de desempregados sem qualquer possibilidade de trabalho;

— *ausência* de qualquer *perspectiva* de desenvolvimento baseado na tecnologia nacional, condição indispensável para construirmos um caminho que nos impeça de cair numa forma moderna de colonialismo;

— *dispersão* de equipes técnicas, verdadeiro *patrimônio* de nosso País, cuja formação levou décadas, desfeitas pela falta de serviço.”

É a total falta de uma política racional de desenvolvimento habitacional e rural que propicie aos técnicos brasileiros participação integral nos planos a serem executados nas áreas em que são profissionais.

Hoje são eles preteridos pelos “pacotes” econômicos e fórmulas alienígenas, com total desconhecimento das peculiaridades nacionais, quer nos grandes centros urbanos como nas áreas rurais.

Afinal, para que os anos de estudo, de estágio, de profissionalização? Para que os investimentos do País com os seus filhos, na área educacional? Para a ociosidade? Para o *open market* da vida? Para assistir sua competência e seus conhecimentos serem relegados? Não, Sr. Presidente! Não, Srs. Senadores!

Todos são brasileiros, imbuídos do espírito patriótico de participar ativamente na reconstrução de nossa Pátria!

Sr. Presidente, Srs. Senadores, há algo de muito sério neste protesto dos técnicos brasileiros, mas não há, tenham certeza, novidade no que dizem.

A própria Federação Nacional dos Engenheiros, em abril de 1983, lançou manifesto à Nação onde afirmou, com suficiente clareza e discernimento:

“Essa crise é o resultado da política econômica perversa, desnacionalizante e inviável, imposta pelos governos autoritários dos últimos anos.”

Antes disto, Srs. Senadores, em dezembro de 1980, na cidade gaúcha de Gramado, os engenheiros, agrônomos e geólogos de todo o Brasil, reunidos através de sua Federação e seus sindicatos, firmaram, no documento conhecido como Carta de Gramado, alguns pontos que servem de alicerce ao que vimos ontem.

Diz a Carta:

“Frente a uma dívida externa e a uma inflação sem precedentes em nossa história, frente a uma política de recessão e a um modelo econômico de caráter nitidamente antidemocrático e antinacional, isto frente ao crescente desemprego e aos baixos salários que impõem desnecessárias privações à população, temos o dever de assumir posições inequívocas.”

E explica:

“A importação indiscriminada de tecnologia inadequada à nossa realidade social, os investimentos governamentais voltados para projetos de reduzidos benefícios sociais, os constantes atentados contra a Engenharia Nacional, os financiamentos externos condicionados à importação de equipamentos e serviços de engenharia, para os quais o País está perfeitamente capacitado, são causas determinantes do estreitamento do nosso mercado de trabalho.”

Concluindo, do seguinte modo:

“Nós, da Federação Nacional dos Engenheiros e dos Sindicatos, somos pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, livre, soberana e democrática, com liberdade de manifestação e organização para todas as correntes políticas e a revogação dos atos de exceção, com o objetivo de promover o reordenamento político da Nação.”

Entretanto, Srs. Senadores, não são somente os engenheiros, arquitetos, agrônomos e técnicos que repudiam a situação de descaminho em que se encontra o País.

A Nação como um todo tem sido uma só voz na conclamação pelo basta.

Basta de recessão!

Basta de desemprego!

Basta de arrocho!

Basta de miséria!

Basta de políticas desnacionalizantes!

Basta de autoritarismo!

A Nação, assim como ontem fizeram os engenheiros, arquitetos e agrônomos, tem ido às ruas pedir mudanças.

Mudanças, Srs. Senadores, que este País precisa para encontrar seu futuro de prosperidade e justiça social.

Mudança, Srs. Senadores, que somente virá através de eleições diretas para a Presidência da República. Processo este que nos permitirá eleger um governo com credibilidade popular para tomar as necessárias medidas capazes de corrigir os rumos de nossas políticas, conforme nos alertam, de modo corajoso e desassombrado, os engenheiros, arquitetos e agrônomos de todo o Brasil.

O segundo assunto, Sr. Presidente, com o maior respeito à palavra de V. Ex<sup>a</sup>, é com relação à minha convicção de que os Líderes do meu Partido e do PDT têm toda a razão em protestarem contra essa decisão, incompreensível e injustificável, da Mesa.

Não sei, Sr. Presidente, mas me parece que os equívocos que ocorreram neste País não tiveram a participação do Congresso Nacional. Nesses 20 anos absurdos aconteceram, injustiças e violências foram cometidas, não aconteceram no Congresso Nacional. Este Congresso foi vítima: foi fechado para a emissão do AI-5, para o AI-2 e para o “Pacote de novembro”: este Congresso foi fechado muitas vezes por atos de violência dos homens do Poder Executivo. Este Congresso foi invadido, cercado, por tropas das Forças Armadas, e eu não vi nenhuma reação, nenhum protesto, nenhuma revolta por parte de nenhum daqueles que estão assustados e tremendo de medo com o que o povo pode fazer se ele entrar dentro do Congresso Nacional. Parece que o Congresso Nacional estava tão acostumado, em estando em Brasília, aqui no Planalto, e as decisões estando fora dele, e não tendo nenhuma presença, nenhuma ação dentro da realidade brasileira, só acostumado, portanto, às visitas dos turistas que vinham a Brasília e aqui desfilavam pelos corredores e salões para conhecê-lo, achando bonitos a Câmara dos Deputados e o Senado, que está realmente preocupado em ver gente que vem aqui para atuar, para participar, para entrar nos gabinetes dos Deputados e Senadores para manifestar a opinião que corre lá fora na alma da gente brasileira.

Parece que não nos preocupamos em debater, em discutir, em participar das soluções lá fora, mas até medo temos que os problemas que estão lá fora entrem no Congresso brasileiro.

Qual foi o incidente que aconteceu até hoje no Auditório Petrônio Portella? Já ouvi muitos debates. O PMDB realizou inclusive um ato público transmitido pelo rádio e pela televisão; os partidos políticos já ousaram; seminários já foram feitos; qual foi o incidente que aconteceu até hoje no Auditório Petrônio Portella? Qual foi o ato de barbárie? Pelo amor de Deus! Que perigo é este? O povo reunido e nós atemorizados em que vão demolir o Congresso Nacional...

Ora, Sr. Presidente, isto me parece que faz parte, sem querer, de uma outra realidade, a de fazer com que na hora da votação o Congresso vote sem ter condições de sentir dentro dele, Congresso Nacional, a pulsação do povo brasileiro. Eu não tenho nenhuma preocupação, Sr. Presidente. Acho, e disse muito bem ao nobre Líder Roberto Saturnino, que temos que dar, e damos, toda a solidariedade à Mesa do Congresso, para que as coisas sejam feitas em ordem, com tranqüilidade, para que se evite todo e qualquer transbordamento que eventualmente venha a ser feito.

Agora, o que se imaginava que ia ser feito no Auditório Petrônio Portella? Um ato das Oposições a favor das diretas? E daí? Eles estão sendo feitos no Brasil inteiro. É verdade que caiu um Ministro porque ele disse que “era normal que as campanhas pelas diretas fossem feitas, desde que fossem feitas como estão, em ato de normalidade”. Caiu o Ministro. Isto é absolutamente normal, ló-

gico... O Ministro de Estado e Ministro Militar é obrigado a demitir-se porque fez à Nação uma afirmativa de que “considerava absolutamente normal as manifestações feitas a favor das diretas, desde que fossem feitas como estão sendo feitas, em ambiente de normalidade”.

É verdade, Sr. Presidente, que a decisão da Mesa, com todo o respeito, se identifica com esse ato que fez com que o Ministro saísse, porque deu essa declaração.

Agora, Sr. Presidente, o problema não está em não permitirmos que o povo chegue até nós — acho que nós deveríamos recebê-lo com muita emoção e com muita vibração. Eu me identifico, eu concordo em que se deva preocupar-se para que as reuniões do Congresso tenham a tranqüilidade necessária, e nós mesmos das Oposições deveremos lutar no sentido de que essas reuniões sejam tranqüilas e pacíficas, que os parlamentares possam exercer o seu direito de votar, sem nenhuma pressão. Concordo plenamente. Mas, daí, Sr. Presidente, a nos preocupar porque o Congresso ultimamente vem sendo invadido, o termo é esse — que bom! — pelo povo, pois na hora de se votar um projeto dos professores, vêm centenas de professores; na hora de se votar um projeto dos trabalhadores, vêm centenas de lideranças sindicais; na hora de se votar um projeto de reforma tributária, vêm centenas e centenas de Prefeitos e Vereadores... É um sintoma positivo, é sintoma de que estamos começando a respirar, estamos começando a existir, que a nossa presença já está sendo sentida lá fora. Em vez de se interpretar tal fato como um ato positivo, se está a destroçá-lo: não venham a Brasília pelo amor de Deus; não venham a Brasília porque é perigoso, não venham a Brasília, porque, se vierem a Brasília, algo lhes pode acontecer.

Será que há algum Senador aqui que, para exercer o seu voto, está assustado, está preocupado que venham prefeitos, ou que venham vereadores, ou que venham lideranças sindicais a Brasília no dia 25?! Parece-me que não, Sr. Presidente. Parece-me que é muito melhor olhar-mos os aspectos positivos em meio a esta triste realidade nacional. Já estão sabendo que há Congresso, que trabalhadores, estudantes, prefeitos e vereadores, em vez de só irem aos gabinetes dos Ministros, e só irem lá ao Dr. Delfim, à espera de que ele é o único e todopoderoso neste País, que também venham ao Congresso, porque sabem que podem entrar aqui e que, apesar de um Poder esvaziado nas suas atribuições, é um Poder que está tentando firmar-se, no sentido de buscar uma realidade nova para este País.

Por tudo isto, Sr. Presidente, lamentamos profundamente o ato da Mesa, ato que teve o voto contrário do 1º-Secretário Henrique Santillo e do Companheiro Marcelo Miranda, que, como suplente, lá estava representando o nosso Vice-Presidente, Senador Jaison Barreto.

Sr. Presidente, não é pelo fato em si. Se nos impedirem de fazer um ato pelas diretas no Auditório Petrônio Portella, haveremos de tentar realizá-lo em

outro lugar, mas me parece que a Mesa do Senado, e como tal nós, senadores, não ganhamos nada, não somamos nada quanto a essa preocupação com o que poderia ocorrer e, dessa maneira, evitando pudessem as coisas serem feitas.

Sr. Presidente, ouvimos o discurso do nobre Representante do PDS do Estado de Goiás. S. Ex<sup>a</sup> fez afirmativas com relação ao Governo desse Estado.

Sr. Presidente, em meio à realidade dos governadores de Oposições e de Governo que aí estão enfrentando a dura constatação das dificuldades de governar, casualmente o Governador Íris Resende é um que, a nível nacional, pela sua ação, pela sua atuação, pela sua maneira de agir e governar, pelas realizações, pelas inovações e pelo dinamismo que ele vem dando à administração no seu Estado, o Brasil inteiro admira.

Sr. Presidente, em Goiás, ao contrário do que ocorre em meu Estado, onde pela divisão das Oposições, o Governo, em Goiás, há longo tempo, e por vitórias maciças, a Oposição vem ganhando as eleições, primeiro para o Senado Federal, porque não havia eleição para o Governo, e agora, espetacularmente, para o Governo do Estado. Assim, o apoio popular àquele Governador é absolutamente inerente.

Agora, acusar, no Congresso Nacional, que o Deputado e Secretário da Educação Ademar Santillo pertence a esta ou àquela ideologia, e, ao se fazer esta afirmativa, dizer que está levando uma conscientização ideológica aos estudantes, porque fazendo uma pregação nas escolas por eleição direta, ora, Sr. Presidente, não me parece tão absolutamente normal e tão lógico. Parece-me tão compreensível e tão justo. Num momento em que o Presidente da República usou um espaço de rádio e televisão em cadeia para todo o Brasil, não para falar, porque se fosse falar pelo menos era a sua vontade, era o seu pensamento, mas, num programa montado por uma empresa de publicidade, usou espaço para defender as eleições indiretas. Se o Presidente pôde falar ao Brasil inteiro pelo rádio e pela televisão defendendo e impondo as eleições indiretas, qual é o crime de se conscientizar, de se orientar no sentido da legitimidade das eleições diretas?

*O Sr. Benedito Ferreira* — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. PEDRO SIMON — Já lhe darei o aparte, com o maior prazer.

Ao longo do tempo, durante muito tempo, quando funcionou os atos institucionais e atos complementares, das escolas professores foram afastados por discordarem da voz do Governo. Na cadeira de Moral e Cívica se recebia orientação de como se deveria dizer e orientar este País. Inclusive, Sr. Presidente, cartazes eram distribuídos dentro das escolas aos alunos — o último Presidente da República era Washington Luís e, depois, pulava-se Getúlio Vargas e entrava-se diretamente no Sr. Castello Branco. Durante um longo período este País não tinha existido, e os professores de Moral e Cívica tinham de falar da

redentora da época e buscar dentro da redentora o endeusamento do sistema a que eles pertenciam.

Isso foi feito, Sr. Presidente. Tenho certeza de que em Goiás os professores têm liberdade de falar, de discutir, de defender, de debater, de orientar e de conscientizar a mocidade.

Se foi dada a sugestão no sentido de que se possa discutir o tema eleição direta, me parece que debater o tema eleições diretas é um tema que deva ser debatido por todos os brasileiros, em todos os lugares e de todas as formas que forem possíveis.

Com todo o prazer ouço o nobre Senador Benedito Ferreira.

*O Sr. Benedito Ferreira* — Nobre Senador Pedro Simon, é louvável que V. Exª venha em socorro...

O SR. PEDRO SIMON — Em socorro, não, porque não é necessário.

*O Sr. Benedito Ferreira* — V. Exª interprete como quiser, mas vai-me conceder o aparte, pois — tenho certeza — V. Exª não quer ser grosseiro. Que V. Exª venha em defesa do seu correligionário é compreensível, mas V. Exª querer distorcer a verdade não é possível, porque falei para crianças. Não me consta que conste do currículo escolar do 1º grau sequer a matéria Moral e Cívica. O que há em Goiás é atraso de pagamento dos professores, em que pese estarmos liberando aqui empréstimos de 1981 e 1982, quando V. Exªs obstruía a aprovação dos recursos para o meu Estado. Agora que tenho um correligionário de V. Exª no Governo, venho tomando iniciativa junto à minha Liderança e junto à Mesa para liberar tais recursos, e é revestido dessa autoridade de quem ajuda, não de quem fala, como V. Exª, mas de quem ajuda, que eu clamo que se desvie o dinheiro do exausto contribuinte para premiar crianças do pré-escolar, a fim de que se engajem na campanha...

O SR. PEDRO SIMON — Muito obrigado.

*O Sr. Benedito Ferreira* — V. Exª há de permitir que eu conclua o aparte.

O SR. PEDRO SIMON — Não concluiu?

*O Sr. Benedito Ferreira* — Não. Parece que V. Exª se caracteriza pela impaciência. V. Exª fala o que quer e sequer me permite...

O SR. PEDRO SIMON — Talvez 20 anos nos deixem impacientes realmente.

*O Sr. Benedito Ferreira* — É verdade. V. Exª se caracterizou pela impaciência e pela intolerância, embora sempre falando em liberdade e em democracia. Gostaria de concluir para deixar extremado de dúvidas. O meu protesto consignou bem, para aqueles que quiseram ouvir, que boa parte dos professores de Goiás não recebem salário desde junho do ano passado. Outros receberam e estão recebendo e clamando contra os atrasos com que vêm conseguindo receber.

No entanto, institui-se um concurso, pago pelos cofres públicos, para crianças participarem das eleições diretas. Mais do que isso, está-se mobilizando toda a estrutura e todo o tempo de aprendizado desses pequeninos.

O SR. PEDRO SIMON — O que é mais interessante, Sr. Presidente, fazer-se um concurso sobre eleições diretas, onde as crianças possam votar, escrever o que pensam e o que sentem, o que acham da maneira de governar o seu País, para talvez, se algumas crianças, como crianças, já fossem orientadas e, depois de velhos não teriam uma orientação completamente errada, o Presidente do Banco Central que fala à Nação inteira dizendo que há uma forma de se resolver o problema dos atrasos com o BNH, que é dar um tiro na cabeça ou pedir que alguém dê um tiro na cabeça? Qual é a mais grave? Qual é a mais séria? Um secretário que faz um concurso para que os estudantes estudem fórmulas de governo, e provavelmente o nobre Secretário poderá conseguir que os seus correligionários defendam, na forma de entender dele, o significado, a importância e a justiça das eleições indiretas. Poderá defender isso, outros poderão fazê-lo de forma diferente. Agora um secretário, um ministro, um presidente de banco aconselhar os brasileiros, milhões de brasileiros a resolver os problemas das suas famílias através do suicídio, Sr. Presidente, essa fórmula talvez seja mais interessante para S. Ex<sup>a</sup>

O que quero dizer é que, depois de muito tempo, vem alguém, e é o nobre representante de Goiás, fazer a defesa do Governo. Fazia tempo que isso não acontecia no seu conjunto. É, realmente, um dia importante este, e o louvo pela coragem e pela bravura, porque a grande verdade é que praticamente ninguém hoje se atreve a defender aquilo que não dá para defender.

S. Ex<sup>a</sup> diz o seguinte: as Oposições perderam no Colégio Eleitoral eleito em 82. Pois digo a S. Ex<sup>a</sup> o seguinte: no Colégio Eleitoral eleito em 82 nem...

O Sr. Milton Cabral — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, de acordo com o art. 444 do Regimento Interno.

O SR. PEDRO SIMON — ...nem S. Ex<sup>a</sup> nem eu fomos eleitos, porque os Senadores eleitos, seja qual for a forma...

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Milton Cabral, pela ordem. Antes, porém, indagaria ao eminente Senador Pedro Simon se S. Ex<sup>a</sup> concorda com a intervenção do nobre Senador Milton Cabral.

O SR. PEDRO SIMON — Não, Sr. Presidente, pretendo encerrar, primeiro, o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — V. Ex<sup>a</sup> continua com a palavra. Logo em seguida, concederei a palavra pela ordem a V. Ex<sup>a</sup>, eminente Senador Milton Cabral.

O SR. PEDRO SIMON — Muito obrigado.

O PDS, Sr. Presidente, no Colégio Eleitoral de hoje, tem 32 votos a mais do que as Oposições. No entanto, quando se fala no Colégio Eleitoral eleito em 1982, há 42 Senadores nesta Casa...

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Eminente Senador Pedro Simon, o tempo de V. Ex<sup>a</sup> para concluir seu pronunciamento é de apenas 1 minuto.

O SR. PEDRO SIMON — É uma forma de atendê-lo, não é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Não é uma forma de atender, nós estamos cumprindo o Regimento.

O SR. PEDRO SIMON — Seja qual for a forma pela qual chegaram aqui, 42 Senadores foram eleitos em 1978, e esses 42 Senadores que foram eleitos em 1978 decidem dentro do Colégio Eleitoral, porque a maioria do PDS é de 32. Logo, Sr. Presidente, não é o Colégio Eleitoral eleito em 1982 que está aqui decidindo, é o eleito em 1982 e aqueles, como eu, que foram eleitos em 1978 e que, no entanto, estamos aqui, colocados à força dentro do Colégio Eleitoral.

*O Sr. Benedito Ferreira* — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. PEDRO SIMON — Não, porque o Sr. Presidente não permite.

Mas, Sr. Presidente, falar como falou S. Ex<sup>a</sup> que o povo, agora, é o culpado. Diz S. Ex<sup>a</sup>: — Mas como o povo brasileiro não é o culpado pela crise? O povo brasileiro tem a mania de dar um jeitinho, o povo brasileiro aumentou o consumo de petróleo, o povo brasileiro compra automóvel. O povo é o culpado pela crise. Esta é a afirmativa mais importante que nem o Dr. Delfim Netto teve a coragem de fazer. Foi defendida dentro do Congresso Nacional. Os nordestinos são culpados pela crise, os milhões de trabalhadores que ganham até três salários mínimos são os culpados pela crise, nós somos culpados pela crise.

Coitado desse Governo, Sr. Presidente, trabalhou, lutou, se esforçou, se matou, combateu a corrupção, combateu as mordomias, tentou resolver o problema da inflação, e o povo brasileiro não ajudou, Sr. Presidente, o povo brasileiro não ajudou. É a constatação a que nós chegamos hoje, nessa tarde, com o discurso do ilustre Senador de Goiás.

Ora, Sr. Presidente, é avançar demais. Repare V. Ex<sup>a</sup> que S. Ex<sup>a</sup> falou na crise do petróleo, outros países, disse, controlaram o consumo do petróleo, e o Brasil duplicou o gasto de petróleo. Pois, Sr. Presidente, bastou o Governo tomar algumas medidas, entre as quais proibir a venda de gasolina aos sábados e domingos, inclusive aumentando o preço da gasolina, e a tese da Oposição era de fazer o controle do gasto do petróleo através, inclusive, de racionamentos, e foi resolvido o problema Sr. Presidente. E a conta petróleo não é mais tão séria. Deveria S. Ex<sup>a</sup> dizer que a conta petróleo é hoje uma conta insignificante comparada com a conta juros que nós estamos pagando ao exterior. Enquanto a conta petróleo está baixando, a conta juros está chegando a 15 bilhões de dóla-

res. Culpa do povo brasileiro, Sr. Presidente, culpa do povo brasileiro, que é responsável por esta dívida externa tão gritante e tão brutal.

*O Sr. Benedito Ferreira* — V. Ex<sup>a</sup> está falseando a verdade. Eu disse “todos nós”; V. Ex<sup>a</sup> não está sendo fiel à verdade, me perdoe V. Ex<sup>a</sup>, mas não está sendo fiel à verdade. As notas taquigráficas estão aí, Ex<sup>a</sup>

O SR. PEDRO SIMON — Diz que o Brasil está à espera de um milagre, que os brasileiros esperam um milagre. Na verdade, o milagre já aconteceu em 1970, só que não resolveu, o milagre aconteceu. Quem espalhou que nós estávamos na época do milagre foi o Governo Federal, foi o Governo do Presidente Médici, na época mais rígida que esse País viveu, é que espalhou a época do milagre. Não!

*O Sr. Benedito Ferreira* — V. Ex<sup>a</sup> deveria ter-me apartadoo.

O Sr. Presidente (faz soar a campainha.)

O SR. PEDRO SIMON — Encerro, Sr. Presidente.

O povo brasileiro absolutamente não espera milagre, o povo brasileiro, pelo contrário, cansou de esperar. Deseja o direito de participar, Sr. Presidente, deseja o direito de votar, de eleger, de escolher alguém que, em seu nome, o representará, e que possa, em seu nome, dirigir este País. Pois, como disse, Sr. Presidente, o Vice-Presidente da República, Sr. Aureliano Chaves, alguém que não seja eleito pelo voto direto e que não tenha a confiança da Nação, querendo dirigir este País, para suceder o General Figueiredo, as conseqüências são imprevisíveis, apesar, Sr. Presidente, do povo brasileiro, como disse o Senador Benedito Ferreira.

**— CONSIDERAÇÕES SOBRE CERCO POLICIAL QUE TERIA SIDO FEITO, NA TARDE DE 24-4-84, EM TORNO DO CONGRESSO NACIONAL. CENSURA IMPOSTA AOS ÓRGÃOS DA IMPRENSA, EM RELAÇÃO À TRANSMISSÃO DOS TRABALHOS DO CONGRESSO NACIONAL. EMENDA DANTE DE OLIVEIRA, QUE RESTABELECE ELEIÇÕES DIRETAS PARA SUCESSÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

O SR. PEDRO SIMON (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A Bancada do PMDB está até a esta hora, na importância dos pronunciamentos que se sucederam, fazendo uma vigília cívica, porque este Congresso estava cercado por tropas do General Cruz e os estudantes, aqui dentro, daqui não podiam sair.

Felizmente, a esta altura, dada a ação e a participação dos Srs. Congressistas, parece que a questão se encaminhou para uma solução definitiva, pois os estudantes estão podendo sair e as tropas, por enquanto, se retiraram.

Por essa razão, queremos dizer que valeu a pena nossa presença aqui, que teve o significado de dizer que o Congresso estava permanente. Se ele estava cercado, os Parlamentares aqui estavam reunidos, dispostos a resistir, viesse o que viesse.

Felizmente, essa primeira etapa foi vencida de uma maneira honrosa de nossa parte. Nada disso poderia ter acontecido, Sr. Presidente, e nada disso deveria ter acontecido, se os responsáveis pela manutenção da ordem pública quisessem manter a ordem pública.

Os estudantes vieram, lotaram o plenário da Câmara dos Deputados, levados pela notícia de que o Presidente Ulysses Guimarães hoje faria um importantíssimo pronunciamento, e lá se portaram com dignidade. Encerrada a sessão, preparavam-se para sair quando verificaram que o Congresso estava cercado pelas tropas do General Cruz. E de lá até aqui o incidente perdurou. O importante a ser salientado é que exatamente a mocidade, exatamente os estudantes que, levados por um sentimento nacional que empolgou a Nação, e que amanhã tem o seu dia culminante, vieram ao Congresso Nacional, que é a Casa

do Povo, para assistir a uma sessão do Congresso Nacional, e quem fez a perturbação da ordem, quem trouxe a irresponsabilidade, quem trouxe o tumulto para dentro do Congresso Nacional foram as tropas do General Cruz. É interessante salientar que cercaram o Congresso Nacional, impediram que Congressistas entrassem no Congresso Nacional, usaram da violência, Sr. Presidente, contra este Congresso e contra a pessoa dos Congressistas; é importante salientar, fato de que, apesar de tudo, mais uma vez, clara e precisa, vieram a Brasília centenas e centenas de prefeitos, centenas de vereadores e deputados estaduais, de líderes sindicais, de homens públicos representantes das mais autênticas entidades civis deste País para assistir à sessão do dia de amanhã.

Todas as reuniões aqui feitas foram pacíficas, todas as manifestações foram ordeiras, com ímpeto sim, com uma disposição muito grande, não há dúvida. Há, por parte do povo brasileiro, uma manifestação fantástica, com relação ao dia de amanhã. Pela primeira vez, as buzinas tocaram freneticamente, às 6 horas da tarde, hoje, em Brasília. No Rio, em São Paulo, em Porto Alegre, parecia um dia de festa, porque o povo, com suas panelas batendo, o povo na rua, cantando, gritando, manifestava sua expectativa com relação ao dia de amanhã.

A Oposição e o povo brasileiro se armaram com todas as suas forças, na expectativa de uma vitória para o dia de amanhã.

Lamentavelmente, aqueles que são os responsáveis pela manutenção da ordem, armaram um círculo de desordem, de anarquia, de tumulto, de pressão, de coação em cima do Congresso Nacional, em cima da sociedade brasileira. É incrível o que está acontecendo nesta hora, neste País. É incompreensível. Na verdade, se vivêssemos numa democracia e tivéssemos um Congresso na autenticidade dos seus poderes, poderíamos incriminar o Presidente no crime de responsabilidade, porque ele está impedindo o livre funcionamento do Congresso Nacional.

Se se diz que está na Constituição, que é um direito baixar as medidas de emergência, S. Excelência tinha de justificá-las perante a Nação. E quais foram as causas das medidas de emergência? O Brasil inteiro fazendo as maiores manifestações públicas da sua História, mas em ordem, em paz, com tranquilidade, onde não houve nenhum incidente. Milhões de brasileiros se reunindo em todas as cidades deste País, brasileiros que não pertencem a Partidos Políticos, brasileiros que nunca foram a uma concentração pública e, no entanto, entenderam que a hora é esta, que o momento é este, que a responsabilidade que têm com a Nação, de darem sua participação, era esta.

No momento em que acontece isso, o Presidente da República invoca o quê? Calamidade pública, convulsão social? Mas qual é a calamidade pública que aconteceu no Brasil, qual a convulsão social existente no Brasil, para serem decretadas medidas de emergência? Então, quando se diz que compete ao Presi-

dente, que o **Presidente** tem o direito de baixar as medidas de emergência, ele tem obrigação, ética e moral, de dar as causas pelas quais baixa as medidas de emergência. E não tinha uma causa, nenhuma causa para serem baixadas medidas de emergência. Se Sua Exelência diz, na sua justificativa, que baixou as medidas de emergência para garantir o funcionamento do Congresso Nacional, está mostrando, hoje, que as medidas de emergência foram feitas para boicotar, para anarquizar, para dificultar, para tumultuar, para pressionar, para coagir o Congresso Nacional. Essa é a realidade, a triste e dolorosa realidade. As medidas de emergência foram baixadas para coagir o Congresso Nacional.

Mesmo baixando medidas de emergência, em nome de quem e por que as rádios e a televisão não podem transmitir a sessão de amanhã? Mas em nome de quem? Quando este País vai viver seu dia histórico mais importante. Por que as estações de rádio e televisão não podem transmitir a sessão de amanhã? Qual o motivo, qual a causa, qual a razão, se a Nação inteira quer acompanhar, quer ver, quer sentir, quer tomar conhecimento? Por que elas estarão impedidas de transmitir a sessão que se realizará em Brasília no dia de amanhã? É claro que se sabe. É evidente que se sabe. Procurou-se isolar Brasília, transformar Brasília numa ilha, no sentido de que as pressões, a presença, a manifestação, a ansiedade da Nação não pudesse chegar dentro de Brasília. Nesta hora, neste momento, neste instante tão decisivo, vamos viver, Sr. Presidente, a posição que está sendo tomada agora.

Se se retiraram as tropas do General Cruz que cercavam o Congresso, queremos prevenir à Mesa que a Bancada do PMDB não admitirá que, amanhã, as tropas do General Cruz cerquem e impeçam a vinda para o Congresso Nacional até dos funcionários desta Casa, até dos Líderes que, na senha que receberam, duas cada um, possam vir e entrar no Congresso Nacional. Amanhã, Sr. Presidente, deve ser um dia em que esta Casa, que é a Casa do povo, deve estar aberta para que o povo possa aqui entrar. E não vamos admitir, em hipótese alguma, que esta Casa funcione amanhã sob coação de um cidadão, cujo dia mais alegre da sua vida, diz ele, será quando fechar o Congresso Nacional. Nesta hora, Sr. Presidente, e neste momento em que nos preparamos para o dia de amanhã, e cada um vem com seus argumentos e com sua lógica, nós estamos tranquilos pelo cumprimento da nossa parte. Amanhã, votaremos a Emenda Dante de Oliveira, votaremos na firme convicção de que ela terá todas as condições de ser aprovada na Câmara e no Senado Federal.

O Senador Fábio Lucena disse que é absolutamente impossível imaginar-se que a emenda passe na Câmara dos Deputados e caia no Senado Federal, e acreditamos nisso porque nós Senadores teremos a responsabilidade de responder, perante à Nação e perante à sociedade, pelos nossos atos. Não se pode levar adiante a argumentação de que a Câmara é a Casa que respira a vontade popular, e o Senado é o local onde os reacionários estão para sepultar as idéias de liberdade que nascem na Câmara Federal. Não! Não acreditamos que fare-

mos esse papel. Absolutamente, tenho convicção de que isso não acontecerá. Tenho dito exatamente: a Câmara que faça seu papel e aprove a emenda, porque eu tenho a convicção de que Senadores que até agora se mantêm silenciosos, já atenderam a um apelo muito importante, porque enquanto o Líder do Governo mandava um telegrama aos seus liderados, liderando-os para que aqui não viessem, que ficassem com a semana de folga, a grande verdade — e justiça seja feita — é que os Parlamentares do PDS, na Câmara e no Senado, estão em Brasília, e se eles estão em Brasília é porque eles já estão na expectativa do que devem votar.

É importante, conforme salienta o Líder do Governo, é normal, é lógico que o Presidente da República chame seus liderados e os homens do seu Partido, para os convencer a mudar de voto, isso pode ser normal, pode ser lógico, Sr. Presidente, o que não é normal, e a imprensa tem publicado, é que eles devem mudar o voto, que eles não podem votar pela eleição direta para a Presidência da República, podemos ter um novo 64, uma convulsão. Isso não é exato, isso não é correto, e essa pressão do Senhor Presidente da República em cima dos Parlamentares, fazendo com que alguns, até ontem, certos de que votariam na emenda, hoje, estejam perturbados, esse é um desserviço tremendo e brutal que o Presidente da República, no seu infeliz e dramático Governo, nunca houve tanta corrupção na História deste País como no seu Governo, tanta inflação, tanta dívida externa, tanta irresponsabilidade, no entanto ele vem e faz uma afirmativa dessas, dizendo que a emenda tem que ser derrotada, porque caso contrário teremos um novo 64. Não! Pelo contrário. Parece-me que a emenda tem de ser aprovada, Sr. Presidente; ela deve ser aprovada, ela precisa ser aprovada, porque caso contrário, aí sim, nós não sabemos o que poderá acontecer com o destino deste País. Este País que não terá condições de nomear, por quatro ou por seis anos mais, um Presidente sem o respaldo da opinião pública, sem o respeito dos seus concidadãos, sem o voto popular, por um Colégio espúrio, que não tem a vontade da Nação.

Amanhã é o dia mais importante da vida deste Congresso, ao longo dos últimos anos. E me parece que a responsabilidade que temos, a obrigação que temos é de cumprir a nossa parte.

Da representação do PMDB, queremos dizer, com a mais absoluta convicção, o nosso voto é um voto livre e é um voto consciente. De um lado, é um voto que se identifica com a alma popular, com a vontade da Nação inteira, porque hoje, não há dúvida nenhuma, o Brasil inteiro quer eleição direta, e quando o Brasil inteiro quer eleição direta, não quer apenas eleger o Presidente, quer mudar o que aí está, mudar o modelo econômico, mudar o modelo social, mudar a ética moral, a dignidade da coisa pública. O povo não está apenas na rua por querer eleger um novo Presidente; o povo está na rua porque quer um novo Presidente para uma nova sociedade, onde haja respeitabilidade dos ho-

mens que estão no poder, e um programa de ação política, econômica, social e institucional que se identifique como bem público da causa da Nação brasileira.

Sr. Presidente, quando se falou e a Liderança do Governo diz que fez mais prefeitos, e mais governadores, e mais senadores, e mais não sei o quê, o importante é o número dos votos. E nas últimas eleições, o PMDB sozinho fez um milhão e quinhentos mil votos mais do que o PDS; as Oposições unidas fizeram seis milhões mais do que o PDS. Mas eu me atrevo a dizer o seguinte: não são vinte e cinco milhões de votos da Oposição, eu me atrevo a dizer que a esmagadora maioria daqueles que votaram no PDS, a essa altura, também quer eleições diretas, também quer mudar, também não aceita esse poder econômico e social que aí está. Então é a sociedade que deseja mudar, é o povo que deseja mudar, somos nós que precisamos mudar e a decisão é amanhã.

Votar contra, Sr. Presidente, pelo capricho do Presidente da República, que acha que a eleição direta é importante, que deve-se fazer uma eleição direta, mas que se deve esperar para mais tarde. Se a crise brasileira atinge os seus extores, se nossa dívida externa nos leva a compromissar nossa soberania com o Fundo Monetário Internacional, se a inflação leva ao desespero milhões de brasileiros; se nossa economia está numa recessão que vai ao terceiro ano, e não se sabe se não sucumbirá, esperar por quê? Por qual razão, e qual a consequência? Esperar mais quatro anos, para iniciarmos daqui a quatro anos? Será que a sociedade terá condições de esperar mais quatro anos? Esperar por quê? É maldade, é crueldade, é esmagar, é sufocar a sociedade brasileira. E me parece que, a esta altura, a sociedade brasileira deseja exatamente uma posição do povo e uma posição do seu Governo e do seu Parlamento.

Então, Sr. Presidente, parece-me que essas manifestações, que esses milhões e milhões que acompanharam, o público inteiro, as manifestações da Oposição e da sociedade civil brasileira não são manifestações de pessoas que falaram e foram para casa, são pessoas que estão convencidas, estão convictas de que a hora é esta, estão na expectativa de uma mudança pacífica e ordeira pelo Congresso Nacional.

Nós temos a responsabilidade de traçar um caminho de maneira ordeira, de maneira pacífica, de maneira democrática, pelo voto popular. Se não traçarmos esse caminho, se falharmos no dia de amanhã, se não tivermos coragem de enfrentar, de frente, de responder àqueles que, com seus arreganhos e seus apetites, àqueles que incrustados no poder de lá não querem sair, sob hipótese nenhuma, inventando e criando mil crises, porque se acostumaram e lá querem ficar. Se não atentarmos para nossa responsabilidade, seremos co-responsáveis pelo que pode vir depois; seremos co-responsáveis pelo que a sociedade brasileira pode seguir nos caminhos que vier a buscar, porque a nossa vez, o nosso dia e o nosso momento é no dia de amanhã.

V. Ex<sup>a</sup>, Presidente Lomanto Júnior, que tem a responsabilidade de presidir esta sessão, tão importante, tão séria e tão significativa, e democraticamente até com generosidade no tempo, permitiu que ela chegasse a esta hora, tenho certeza de que haverá de entender e compreender o trabalho, a responsabilidade e a importância deste nosso manifesto da Oposição brasileira.

Nós nos identificamos com o pensamento da sociedade brasileira, e não nos atemorizamos com os arreganhos daqueles que nos querem coagir. Não estamos preocupados com a ameaça de que podem fechar o Congresso Nacional; não podem, não fecharão, mas mesmo que a ameaça existisse, acima disso está a nossa responsabilidade, a nossa consciência. Há momentos em que não são atos de coragem, são atos apenas de cumprimentos do dever. Há momentos graves e sérios, e talvez alguns de nós não se tenham atentado para o momento que estamos vivendo; estamos acostumados a olhar para trás e verificarmos as horas dramáticas e as horas históricas que viveu o Parlamento brasileiro, pois estamos tendo a responsabilidade, a honra de vivermos uma hora desta, e temos a obrigação de sermos dignos dela. Este Parlamento já foi fechado, mas quando o fecharam ele caiu de pé. Este Parlamento já teve decisões históricas, de homens magníficos, no seu passado. Se não temos o talento deles, pelo menos tenhamos a dignidade de representá-los para que não sujemos o nome desta Casa.

Amanhã é um dia em que pretendemos votar com nossa consciência do dever a ser cumprido. Não temos a preocupação do medo, porque me parece que não é hora de termos medo. Medo de quê, Sr. Presidente? Medo de que o Presidente da República vá nos preocupar, nos assustar com suas ameaças? Medo de que, continuando a nossa luta e o nosso voto, no dia de amanhã, haverão de ver dias piores do que os que estamos vivendo? Não, Sr. Presidente, essas coisas não nos atemorizam. Graças a Deus não temos medo de pressão militar, não temos medo de pressão do Presidente da República, não temos medo com o que pode nos acontecer a nível pessoal. E isso não significa absolutamente nada, a nível de uma tomada de posição. É o mínimo que podemos fazer, porque há instantes na vida de um homem público, em que o cumprimento do dever, e o cumprimento do dever voltado para sua consciência, para seu pensamento e para sua idéia, é exatamente o mais importante que ele tem de cumprir.

E nós, Sr. Presidente, estamos fazendo nossa parte. Com relação a nossa parte, Sr. Presidente, quero dizer que olhamos para o PDS numa expectativa muito importante. O PDS, ao longo de sua vida, vive também um momento decisivo. O Parlamentar do PDS veio para cá com o voto popular igual a nós. Em alguns Estados como no meu, o Rio Grande do Sul, eles vieram vitoriosos nas urnas de 15 de novembro. Mas vieram, Sr. Presidente, usando uma linguagem de quem queria também desenvolver um modelo econômico diferente daquele que estava aí, e com o compromisso de buscar a normalidade democrática. Essa foi a linguagem usada também pelo Partido oficial.

Nesta hora, neste momento, neste instante, votar contra a Emenda Dante de Oliveira em nome de quem, Sr. Presidente? Em nome de qual razão, de qual motivo, de qual significado? Votar contra a Emenda Dante de Oliveira, a pretexto de que chegará outra ao Congresso Nacional, Sr. Presidente, uma outra que, me perdoem a franqueza, já tem em si o vício de origem na sua constituição? O Presidente da República, quando falou à Nação, a única coisa concreta que disse, no dia 31 de março, foi que enviaria uma mensagem com eleições diretas em dois turnos.

Quando ele falou em dois turnos, o PDS se rebelou. Começaram a protestar os Líderes do PDS. Como eleição em dois turnos? Eleições em dois turnos, onde a Oposição concorre com quatro candidatos na primeira eleição e, na segunda, os dois mais votados, não conseguindo nenhum deles 51%, vão concorrer, é fácil de entender que as Oposições poderão se reunir em torno de um deles, e esse ganhará. O que fez o Governo? O Governo manda para o Congresso a mensagem. Não poderia alterar os dois turnos, porque os dois turnos tinham a palavra empenhada pelo Presidente Figueiredo perante à Nação, no dia 31 de março. Mas, manda para cá uma forma *sui generis*. A eleição será em dois turnos, mas o candidato a Presidente que fizer mais de 40% menos de 51%, vai para o Congresso Nacional, e o Congresso Nacional é que vai decidir. Não vai para dois turnos pelo voto popular: o segundo turno não é pelo voto popular, o segundo turno é pelo Congresso Nacional. E, vamos ter o quê? O Congresso, que vai ser eleito em 1986, é que escolheria o Presidente da República em 1988.

Um Congresso, dois anos depois de ter sido eleito, é que haveria de escolher o futuro Presidente da República. Então, o grande vício que damos ao atual Colégio Eleitoral é que ele é espúrio, porque entre as mil e outras causas que existem, não há a atualidade. Ele foi eleito quatro anos antes da escolha do Presidente da República. O mesmo vai querer o Presidente da República no futuro Colégio Eleitoral. Quem vai eleger o Presidente, em 1988, são os Deputados Federais e os Senadores eleitos em 1986, o que é um absurdo, Sr. Presidente, é irreal, é fora da realidade.

Parece-me, portanto, que deixar de votar na Emenda Dante de Oliveira, para apresentar uma emenda que já tem um vício de origem, absurdo e total, é completamente fora da realidade e fora daquilo que podemos imaginar.

Por isso, Sr. Presidente, parece-me que esta é uma hora de darmos a importância e o significado desta posição. A Emenda Dante de Oliveira é uma emenda singela. Vamos votar, no dia 15 de novembro, vamos eleger, pelo voto popular, no dia 15 de novembro, vamos escolher alguém que possa ser do PDT, do PMDB, do PDS, do PT, aquele que tenha a maioria dos votos no dia 15 de novembro.

Um ilustre parlamentar, Líder do Governo, afirmou que os comícios eleitorais foram muito maiores do que os da Oposição. O povo que foi à praça pública é muito maior do que o significado dos partidos políticos. Logo, os par-

tidos políticos não têm condições de se reunir, de apresentar candidatos e ter plataforma até o dia 15 de novembro.

Será que os partidos políticos não vão ter condições de lançar seus candidatos até o dia 15 de novembro e, em compensação, o Colégio Eleitoral vai nomear um Dr. Maluf ou um Coronel Andreazza e um deles vai ter condições de presidir o Governo deste País, Sr. Presidente?

Será que, a esta altura dos acontecimentos, poderemos imaginar que alguém escolhido pelo Colégio Eleitoral vai ter mais condições de infra-estrutura, de condições éticas, de condições morais para presidir este País, do que alguém eleito pelo voto popular? Parece-me um absurdo, parece-me irascível, parece-me irracional, parece-me absolutamente fora da realidade e da sociedade brasileira.

Acho que o dia de amanhã é o dia em que os Parlamentares do PDS terão de refletir. Eu, por exemplo, Sr. Presidente, tenho uma longa vida pública, modesta mas longa. Olhando para trás, eu me lembro de horas importantes e graves que eu tenha vivido, eu me lembro de decisões importantes que eu tenha tomado, como vereador, como Deputado, como dirigente partidário, mas eu não me lembro de nenhuma decisão que eu tenha tomado que vai marcar a minha vida, que vai marcar indelevelmente o meu futuro, quanto ao voto que darei amanhã, favorável à emenda das eleições diretas, porque este é um voto que o povo inteiro estará acompanhando. Esta é uma hora de decisão que a sociedade inteira estará na expectativa. E, dependendo do meu voto, vamos ter as conseqüências no dia de amanhã, para mim e para aqueles que votarem.

Eu duvido, Sr. Presidente, que um parlamentar que deseja continuar na vida política, que deseja avançar na vida política, dê seu voto, amanhã, sem refletir as conseqüências do mesmo. Eu duvido que o Parlamentar que votar contra a Emenda Dante de Oliveira, amanhã, não haverá de sofrer as conseqüências do seu eleitorado, no dia 15 de novembro de 1986. Eu duvido, porque tenho a mais absoluta convicção de que esse voto haverá de acompanhar o Parlamentar. E o Senador do PDS que queira votar contra essa emenda, tenho absoluta convicção de que ele meditará duas vezes, porque não terá o povo ao seu lado, daqui a dois anos, na hora da eleição.

É como disse um Parlamentar, depois de falar com o General Figueiredo. Quando o General Figueiredo insistiu que ele deveria votar contra a Emenda Dante de Oliveira, a Imprensa publicou que o Parlamentar lhe respondeu: “É, general, mas daqui a dez meses o Senhor não é mais Presidente, e os meus eleitores continuarão meus eleitores, e se eu votar contra essa emenda, eu posso ir para casa, porque nunca mais voltarei para o Congresso Nacional”.

Por isso, Sr. Presidente, estamos convencidos de que amanhã haverá de ser um dia de vitória, não da Oposição. Não, até pelo contrário Sr. Presidente, vamos fazer justiça. Essa emenda para ser vitoriosa amanhã, depende essencial-

mente do Partido do Governo e se ela for vitoriosa, e de um modo especial aqui no Congresso Nacional, será uma vitória estrondosa do partido do Governo. Será uma vitória do PDS, porque será a consagração do PDS, será, talvez, o dia da redenção do PDS, será, talvez, o dia em que o PDS marcará, será o seu batismo oficial, com sua independência, com sua personalidade e com seu respeito e credibilidade perante à opinião pública.

Por isso, Sr. Presidente, amanhã não deverá ser um dia de confronto, queira Deus, será um dia de confraternização do Congresso Nacional.

Nesta hora, neste momento, encerramos esta nossa colocação, nesta noite de vigília, dando nosso abraço aos companheiros do PDS, com nossa expectativa e nossa certeza de que amanhã, neste horário, estaremos chorando abraçados, juntos, de mãos dadas, cantando o Hino Nacional, porque uma nova Pátria, uma nova Nação, uma nova sociedade, um novo porvir, um novo futuro, um novo Brasil estará nascendo a esta hora, amanhã. Se Deus quiser. (Muito bem! Palmas.)

## DEFESA DO RESTABELECIMENTO DAS ELEIÇÕES DIRETAS JÁ

O SR. PEDRO SIMON (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A Nação assistiu à mais espetacular campanha cívica já vivida em sua história. Não há dúvida nenhuma que ao longo do passado deste País, ao olhar grandes momentos épicos da nossa história, é difícil encontrar-se algum que, não digo supere, mas se iguale à campanha das eleições diretas feita pela sociedade brasileira.

O mais impressionante nessa campanha é que — justiça seja feita — ela surpreendeu, inclusive, a nós. A grande verdade é que quando houve a convenção do PMDB no dia 4 de dezembro, e no dia 3, sábado, nós nos reunimos. Estava eu encarregado pela direção do PMDB de coordenar uma campanha para traçar os rumos das diretas com os Presidentes dos Diretórios Regionais do Partido em todo este País. Botávamos no papel o roteiro, com muita apreensão, com muita dúvida e com muita interrogação: fazer a campanha das diretas em dezembro, mês de Natal, mês de formatura, mês de festas, janeiro e fevereiro, carnaval, recesso do Congresso, mês de praias, mês de férias, é uma temeridade.

As reuniões foram marcadas e já de saída, primeiro, uma surpresa fantástica — Curitiba. Uma cidade tida, havida e reconhecida como aquela que praticamente não é uma cidade de grandes concentrações. Talvez na sua história raríssimas sejam as grandes concentrações em Curitiba. 60 a 70 mil pessoas em Curitiba e daí um crescendo constante e permanente. O povo foi às ruas pelas diretas. Sim, claro! Não há dúvida nenhuma de que o povo foi às ruas numa ansiedade imensa de mudança da realidade que aí está; o povo foi às ruas em busca de um novo modelo econômico, de um novo modelo social, de um novo modelo institucional, de um novo modelo ético; o povo foi às ruas desabafar o que ao longo desses 20 anos ele tinha dentro de si e encontrava ali, numa campanha que não tinha candidato, que não tinha eleição em breve, que não tinha promessas, ele foi numa campanha mostrar, com a sua presença, a sua ação no sentido de que as coisas, como estão, continuar não podem. Veio a votação da emenda. Parece-me que, a esta altura, não há dúvida nenhuma de que o Governo “agiu bem”, na tática arbitrária e, na sua violência, com as medidas de emer-

gência. Hoje, está provado: não fora as medidas de emergência, não fora o cerceamento ao Congresso Nacional, não fora as tropas do General Newton Cruz cercando esta Casa, não fora a censura ao rádio e a televisão, pudesse aquela sessão do Congresso ser transmitida ao vivo para todo o Brasil, não fora o General Figueiredo chamar o Palácio — chamar eu acho normal — tentar um eleitor ou um Deputado seu para votar a seu favor, contra as diretas, não é lá muito bem, mas não é um fato absurdo; agora, os favores que foram dados, principalmente pelo Ministério do Planejamento e da Agricultura, o Ministério ficou de plantão durante uma semana para as trocas de favores para que alguns que iam votar trocassem os votos — não fora a coação clara do Presidente da República no sentido de que se a emenda passasse poderia haver um retrocesso, a volta a um novo 1964 — está provado que a emenda passaria. Mesmo assim, 55 parlamentares do PDS votaram pela aprovação da emenda. Tão-somente faltaram 22, com a coação, com a pressão, com as ameaças, com tudo o que aconteceu.

Passa o episódio da Emenda Dante de Oliveira. O Presidente da República fala à Nação. Voz macia, conclamando e dizendo que reconhece que o povo deseja reformas e mudanças, no campo ético, no campo econômico, no campo social, no campo institucional. Palavras do Presidente.

Pois muito bem. Se o povo deseja estas mudanças, qual a forma de se identificar o Congresso com o povo? Concentrações populares, milhões na praça pública? É um fato. Pode não ser o decisivo. As entidades que estão-se manifestando? Entidades que nunca se manifestaram sobre o campo institucional? Nós conhecemos a OAB, com as suas posições firmes, nós conhecemos a ABI com as suas posições firmes, conhecemos a CUT, o CONCLAT, a UNE com as suas posições. Mas, nessa campanha pró-diretas todas as entidades civis da Nação se manifestaram a favor das diretas, todas elas. Sociedades que nunca tiveram uma participação maior em termos do institucional: Associação dos Médicos, dos Engenheiros, dos Arquitetos, dos Economistas, dos Geólogos, dos Professores, dos Universitários, da Federação de Indústrias, de Associações Comerciais, homens de todos os segmentos da sociedade brasileira, eu não conheço um que não tenha se manifestado a favor das diretas. A grande imprensa fez coro sistemático e permanente, repercutindo essa campanha das diretas. Não passou, não fez 2/3, foram 298 votos. Se bem, Sr. Presidente, que o Vice-Governador do Estado de São Paulo, ex-companheiro nosso desta Casa, Orestes Quércia, está entrando com um mandado de segurança porque ele alega que os 2/3 a que se refere a Constituição, em se tratando de emenda constitucional, são 2/3 dos votos. Argumenta ele, e inúmeros juristas assinam o mandado de segurança, que esses 2/3 foram obtidos, porque: 190 votaram a favor, 65 votaram contra, e não se pode computar os 115 que não estavam presentes. Mas esta é outra questão. A grande questão é que, olhando para a Câmara Federal, que representa a Nação, 298 votaram a favor, 65 votaram contra, não sei como

votariam os outros 115. Mas, mesmo que todos eles votassem contra, seriam exatamente 180, e o resultado seria: 298 votos a favor da emenda e 180 contra a emenda. Esta é a vontade da Câmara que representa a Nação brasileira.

Pois muito bem, se o Presidente da República afirma que a Nação quer reformas, quer mudanças, que reconhece que a Nação quer eleições diretas, qual será a fórmula de buscar o chamado entendimento? Ouvir a Nação? As pesquisas de opinião pública? IBOPE de um lado, GALLUP de outro, jornais, ao sabor do que quiserem, permanentemente estão a dizer que essas pesquisas dizem que mais de 90% da população brasileira é a favor das diretas.

Qual é a fórmula? Nós temos que encontrar o entendimento. Haver-se-á de dizer: alguém deve ceder. Quem deve ceder? A Nação brasileira? Os 298 devem ceder aos 65? Todas as entidades civis devem ceder? A quem? Em nome de quem? Aí se argumenta: — Não, porque a Revolução está concluindo as suas tarefas, mas a abertura deve ser lenta, gradual e segura. Com estas palavras assumiu o General Geisel o seu mandato, e com estas palavras iniciou ele o longo processo da chamada abertura brasileira: lenta, gradual e segura.

A Oposição achava que ela não precisava ser nem tão lenta, nem tão gradual, que ela podia ser mais audaz e mais rápida. Mas, venceu a tese do Governo: lenta, gradual, e segura. Mas será que 10 anos de abertura lenta e gradual já não é um tempo suficiente? Será que há precipitação? Será que a Oposição está se açodando em pedir, depois de 10 anos, depois da extinção do AI-5, da concessão da anistia, do levantamento da censura na imprensa, depois de se acabar com o terrorismo, depois de eleições para os Governos de Estado, será que hoje a Nação não está madura para eleger, pelo voto direto, o seu Presidente? O que impede? Até o General Golbery reconhece, na sua entrevista, que o Governo está fazendo “trapaça”. E ele tem “autoridade moral” muito grande para fazer isso, porque ele, no Governo, nunca fez: ele cumpriu as normas da Constituição, ele foi contra o “pacote de novembro”, ele foi contra o “pacote de abril”, ele foi contra os Senadores indiretos, ele foi contra que se transformassem as eleições, que eram diretas, e que deveriam ser diretas em 78, em indiretas? Falar em trapaça o General Golbery, é falar em corda em casa de enforcado. Mas, de qualquer maneira, ao longo desses 10 anos, a abertura foi preparada. E por que não fazer a eleição direta agora? Já não falo no ilustre General Médici, que vem, depois dos seus 10 anos de silêncio, inflar, encher a candidatura já desgastada do Sr. Maluf. Não falo nele quando diz que não cassou, e não precisava porque, na verdade, a Nação viveu como se fosse sitiada e cassada durante todo o seu mandato, com a censura à imprensa, de um lado, e as torturas, do outro lado. Mas, a grande verdade é que ele faz a análise — inclusive ele — do resultado dos vinte anos da revolução. Será que poderia ser mais catastrófico? Será que a Nação pode afundar mais do que onde chegou?

Será que as notícias que nos dão de que dentro de oito meses a dívida externa do Brasil pode chegar a 187 trilhões de dólares, não são de apavorar? Será que esta inflação, que está em segundo, em terceiro lugar, no mundo inteiro, corroendo salário e corroendo a vida do trabalhador brasileiro, não é de apavorar?

O Presidente fala em mudanças no campo ético. Será que a degradação de costumes, os escândalos que se multiplicam, sem buscar a responsabilidade, não é de fazer tremer a sociedade, no seu conjunto? Mas, se a Nação está nestes índices de degradação, em todos os seus segmentos, esperar mais quatro anos, por quê? Transição? Transição para quê? Esperar mais quatro anos por quê? Em nome de quê? Será que o PDS acha que o General Figueiredo é tão incapaz, é tão irresponsável que não tem condições para presidir um pleito? Para, no seu Governo, que chega ao fim, tão dramática e melancolicamente, pelo menos S. Ex<sup>a</sup> ter a grandeza de chegar ao fim do seu Governo, fazendo a transição para o pleito aberto e democrático? Eu acho interessante isso; nós da Oposição, com todas as restrições, que são imensas, que fizemos ao General Figueiredo, achamos que ele reúne condições, se quiser, de presidir um pleito aberto, democrático, livre e direto para a escolha do seu sucessor. Será que o Deputado Paulo Maluf ou o Coronel Mário Andreazza reúnem mais condições para isso do que o General Figueiredo?

Será que essa transição, com o Brasil no fundo do poço, com essa dívida externa, com essa onda de corrupção, com essa inflação, com a fome rondando os lares de milhões de brasileiros, será que os quatro anos de um cidadão dessa natureza, alterará este quadro para melhor? Ou será que aprofundará e agravará ainda mais esta crise? A escolha, depois de o Brasil inteiro se levantar e clamar por eleições, por mudança do campo econômico, social e institucional, depois de se saber, à boca cheia, que o Congresso Nacional, se pudesse decidir livremente, pensa assim? Será que um Presidente escolhido no arreglo, um quinto nome dentro do PDS, num Colégio Eleitoral espúrio e manifestadamente ridicularizado perante a opinião pública, um homem desse vai ter autoridade para presidir o País na crise pior que ele já teve, ao longo de toda a sua existência? Honestamente, eu não posso acreditar... O que pode estar a impedir que se marche aberta, tranqüila e lealmente. Fazendo em 11 anos — 6 anos de Figueiredo e 5 anos de Geisel — a transição, lenta, gradual e segura do General Geisel? Será que, depois de 11 anos, nós temos de esperar mais 6 anos ou mais 4 anos de um governo nomeado? Em nome de quem? Quem representa isto?

Vamos negociar... A palavra talvez não fosse muito apropriada. Negociar poderia ser: vamos dialogar, vamo-nos entender.

A proposta que se põe em cima da mesa, de um lado, é esta: vamos escolher, pelo voto popular, o Presidente da República. Vamos fazer uma plataforma, que passe pelo povo, de mudanças, através das quais nós podemos iniciar já a transformação indispensável para a sociedade brasileira. Uma decisão como

esta identifica o Congresso com o povo, como os empresários, com os trabalhadores, com os profissionais liberais, com a sociedade brasileira. Uma decisão contrária, identifica o Congresso com quem? Em nome de quem? Ouvindo a quem? Dialogando com quem se buscará outro tipo de solução que não esta?

Há o argumento de que tem que se esperar mais 4 anos; por quê? O próprio General Golbery ilustra e elogia o comportamento impressionante das massas brasileiras que deram uma prova extraordinária de capacidade política, de se organizarem e de, pacificamente, participarem dessas manifestações. Acusa-nos ele de que não preparamos a sociedade para uma decisão contrária; que ela estava preparada, emocionalmente, para a aprovação da emenda e que foi uma ducha violenta a rejeição que ela não esperava.

Continua ele elogiando a sociedade, que mesmo não preparada pelas Oposições, reagiu à altura, com grandeza, e não fez o que se poderia esperar, em termos de reação mais radical ou mais violenta.

Pois esta sociedade não está preparada para eleger o seu Presidente? Não demonstrou capacidade, tranqüilidade, serenidade, grandeza, discernimento? Nós temos que esperar mais quatro anos. Poderia ser mais seis, poderia ser mais dez, poderia ser mais quinze, poderia ser mais dois, pode ser mais três. “Vejo, com satisfação, que o nobre relator da nossa Comissão, o nosso colega Aderbal Jurema, já acha que pode ser três. É melhor do que quatro. “Mas por que não o sucessor do General Figueiredo? Será que alguém que saia de dentro de um colégio eleitoral tem mais autoridade para discutir, nesta hora, onde há uma universalidade unânime contra a realidade da negociação, como está sendo feita, da dívida externa? Onde o Governo pressiona, violenta, arraza, esmaga o mercado interno, cria todos os óbices para diminuir o consumo interno, porque a ordem é exportar; e apresenta, como grande festa e como grande alegria, os saldos que ele apresenta mensalmente, na balança de pagamento; tudo isso para, numa penada, os juros externos aumentarem meio por cento aqui, mais meio ali, mais meio ali adiante, levando a zero todo o esforço, todo o sangue, todo o suor e todo o sacrifício de milhões de brasileiros.

Alguém tem dúvidas que essas coisas não podem mais ser feitas pelo Senhor Delfim Netto, com o Presidente ouvindo dizer, sem saber e sem participar? Alguém tem dúvida que será uma decisão séria, grave, em que um Presidente, com embasamento popular, terá que tomar, junto com o povo, seja a moratória, como defende o PMDB, seja o reescalonamento, seja lá o que for, mas, uma decisão terá que ser tomada. Quem a tomará? Com que autoridade, com que força, com que poder? Um homem que saia às escondidas de dentro de um colégio eleitoral? Com qual autoridade? Em nome de quem? Representando o quê ele fará isso?

Argumentam outros: a transição deve ser feita por alguém que tenha credibilidade, no Palácio, dos seus atuais e ex-ocupantes, no sentido que dê uma

margem de segurança na expectativa de que o revanchismo não venha a acontecer. Não querem eles que a pretexto disto, a pretexto daquilo amanhã se reabra a Nação e vá parar na cadeia o fulano, o beltrano, seja lá quem for.

Eu tenho dito muitas vezes, não apenas hoje, mas a longo de todos esses anos que sucederam as grandes medidas como a anistia, ou que antecederam a essas medidas: o justo, o normal, o compreensível é que os responsáveis por uma série de fatos que aconteceram neste País, por eles respondessem, porque por eles deveriam responder. Mas a grande verdade, nesta Nação, é que se queremos olhar para frente e tirá-la do lodo de onde ela se encontra para reerguê-la, isto tem que ser feito olhando para a frente e não para trás. Não vai ser através de um Presidente eleito com o voto popular, e com a confiança popular, mas que não tenha a preocupação de olhar para a frente e traçar as diretrizes de mudanças necessárias e rápidas, não será no terreno da busca, do debate sobre o que houve ontem que nós vamos equacionar os problemas gravíssimos dos que estão morrendo de fome e precisam de soluções, hoje. Não, não acredito que seja por aí a preocupação. A preocupação me parece muito clara. Todo regime forte, todo regime de exceção, toda ditadura, todo regime que sai das normas da lei, pode durar um ano, dez ou vinte anos, mas por ele, se depender dele, sempre falta algum tempo para completar sua obra, sempre precisa ficar mais algum tempo para fazer alguma coisa. A este que está aí não falta tempo para fazer nada, porque o que podiam anarquizar com este País já o fizeram em todos os campos que se possam analisar. Então, se querem mais algum tempo, não dizem para quê. A não ser essa argumentação de que a transição tenha que dar tranquilidade para que os que saíam não sejam atacados pelas costas. Não há outro argumento. Por que não dizer que as vitórias da Revolução, as construções fantásticas da Revolução faltam ser completadas pelas obras que o Dr. Paulo Maluf, que o Coronel Mário Andreazza, nos seus quatro ou cinco ou seis anos, poderão fazer à frente do Governo?

Mas, se não há esse argumento, se não há essa lógica, não fazer as eleições agora por quê? Sob qual alegação? Sob qual argumento? Esperar pelo quê? É a pergunta que nós nos fazemos. Buscar o entendimento? Vamos ao entendimento. Buscar o diálogo? Vamos ao diálogo. Se deu o nome de negociação, vamos ao debate. Sentar em torno da mesa? Vamos sentar. Estamos lá na Comissão e até agora essa negociação ainda não se iniciou, não fomos procurados, mas estamos lá para debater o que for importante, o que for necessário, o que for buscado, chamado para o debate.

Quem vai negociar em nome do Governo? O Presidente? É importante a viagem ao Japão e também a viagem à China; eu acho da maior importância, do maior significado. Ao Japão pela sua tecnologia moderna, pelos negócios que podem ser feitos lá; à China, abertura de um novo mercado. É até uma atitude de respeito e de coragem, original. Vinte anos depois, repito, que o Dr. João Goulart estava lá, querendo iniciar isto e quase que não volta, 20 anos de-

pois se começa tudo pelo princípio, se reconhece a importância e o significado do mercado da China. Como dizia Chiang Kai-Shek, quando argumentavam, na luta, que os aliados ficariam com ele, ele respondia: “vai ser muito difícil o mundo capitalista desprezar um mercado de um bilhão de bocas, como é o mercado chinês”. E assim aconteceu. Mas, que coincidência esta do Senhor Presidente da República ir para o Japão e para China, exatamente agora que o Relator está com uma montanha de emendas na sua frente, na expectativa, ele também, relator, de com quem vai conversar? Vai conversar com quem, o Relator? Vai dialogar com quem, o Relator? Ou vai esperar a volta da China, não sei se vai à China com o Senhor Presidente? Talvez, em meio às viagens a coisa lhe fica mais fácil. Como fará?

Isto demonstra, Sr. Presidente, muito claro que as tais das negociações que o Senhor Presidente falou, bonito, na televisão, na prática Sua Excelência não está muito a sério, senão não ficaria ausente esse espaço de tempo. O tempo é agora, porque somente ontem as emendas foram publicadas; exatamente a partir de agora é que o Relator vai buscar a conversa. Falará com o Ministro Leitão de Abreu e é importante essa conversa, mas terá que conversar com o Ministro Medeiros porque o Ministro Medeiros, também, é uma peça influente nesse processo. Falará com o Líder do Governo, é importante que fale, mas deverá falar com o Ministro da Justiça, que está a toda hora dando a entender que nem a emenda do Governo passa. O Chefe da Casa Civil declara textualmente; a data é inegociável.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — O tempo de V. Ex<sup>a</sup> está esgotado.

O SR. PEDRO SIMON — Já encerro, Sr. Presidente.

Esgotado estaria o Movimento de 64 e sempre está faltando um tempinho para chegar lá. (Risos.)

Sr. Presidente. Espero que V. Ex<sup>a</sup> também nos dê uma prorrogação para chegarmos lá! Vamos chegar lá!

O Chefe da Casa Civil diz: “a data é inegociável.” O Líder do Governo diz: “tudo é negociável, inclusive a data.” Tudo no mesmo jornal, no mesmo dia, em lugares diferentes.

Afinal, quem nós devemos ouvir? O Chefe da Casa Civil diz: “a data é inegociável”. O Líder do Governo diz: “tudo é negociável”. O Relator já oferece a debate, é assim que entendo, uma data nova.

A nossa posição é clara, Sr. Presidente: as Oposições apresentaram uma emenda e buscam o entendimento em cima dela. Para nós, de todo esse debate que está aí duas teses são importantes: as eleições diretas e a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. Estas duas teses, nós as consideramos da maior importância.

Reparem que esses oito dias que tiveram para apresentarem subemendas à emenda do Presidente demonstraram que a grande maioria, a imensa maioria de Senadores e Deputados entendeu que não era oportuno apresentar emendas, porque se tratava de um assunto específico, que o Governo sabe e maliciosamente fez a chamada abrangência. Mas a chamada abrangência do Governo tem um sentido claro. Estou lá no Rio Grande do Sul e com os nobres Senadores deve acontecer a mesma coisa: estão os juizes apavorados no sentido de que, consciencioso não pode ficar; estão os procuradores na alucinação, na luta de conseguir um quadro à parte; estão os Governadores na busca de uma reforma no sistema tributário; estão os Prefeitos na expectativa, porque a porta lhes foi aberta, de um quinhão um pouquinho maior. A emenda do Governo foi maliciosa no sentido de abrir a comporta e, abrindo a comporta, cerca de 215 emendas, que envolvem cerca de mil artigos, foram apresentadas. Isto significa que há, não há dúvida nenhuma, a indispensável importância da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, onde haja um ordenamento jurídico que seja sério e responsável.

Sr. Presidente, é uma piada, é uma piada muito interessante. Nós vamos resolver um dos problemas mais graves da nossa Emenda Constitucional nº 1 que, na verdade, é a Constituição de 1969. Vamos alterar o preâmbulo; o preâmbulo que espelha a realidade, tem a franqueza de dizer o que é, porque o Congresso estava fechado; os Ministros militares se constituíram numa Junta Militar, o que é verdade, e com o Congresso fechado resolveram editar aquela Constituição, e o fizeram, baseados no Ato Institucional nº 5, e foi verdade. O preâmbulo da Emenda Constitucional nº 1, de hoje, espelha a realidade.

Agora, Sr. Presidente, nós vamos fazer uma grande obra. Vamos tirar o preâmbulo e dizer que todo o poder emana do povo em seu nome é exercido e, em nome deste poder, editar a Constituição; é uma piada! É piada do ridículo que, se não fosse doloroso, seria até de rir. Vão mudar o preâmbulo e deixar a Constituição. Parece-me mais do que evidente a importância da convocação da Constituinte; Constituinte que é sem ódio, sem violência, sem radicalismo, Constituinte que significa, tão-somente, substituir uma colcha de retalhos, representada por interesses aqui e acolá do pacote de abril, do pacote de novembro, substituir pela representatividade de um novo acordo da sociedade brasileira, estampado num novo pacto social que será uma nova Constituição.

Concederei apenas o aparte ao nobre Líder José Lins, Sr. Presidente, e já encerrarei.

*O Sr. José Lins* — V. Ex<sup>a</sup>, como sempre brilhante no seu discurso, faz uma análise consentânea, verdadeira de todo movimento popular que foi feito pelas eleições diretas, e não há por que deixar de reconhecer que, realmente, a campanha empolgou o País todo. Não sou daqueles que pensam que os movimentos populares sirvam por si de roteiro para reformular o contrato social ou a Carta

da Nação. Mas, o que acredito, nobre Senador, é que a força, a soberania popular é transmitida realmente ao Congresso, ao nosso sistema, através das eleições e, nesse sentido, acho que é nossa obrigação prestigiar este Congresso, assim como aos outros que se reunirem daqui por diante, porque se não prestigiarmos a um dificilmente teremos ânimo de prestigiar a outro; encontraremos sempre alguém que justifique algum Congresso, alguma Legislatura e mereça ser forçado a mudar o seu ponto de vista através de uma pressão popular. De qualquer modo, o que eu queria dizer a V. Exª é que a Emenda do Presidente não é maliciosa. V. Exª pode discordar da retirada do preâmbulo da Constituição: no caso acho também que não tem muito sentido. Mas, o que vejo de positivo no discurso de V. Exª é o desejo de diálogo. Isto sim, porque a emenda foi mandada e aí está sendo emendada, recebendo propostas para subemendas que, se não me engano, foram 205. Acho que a hora é, portanto, de diálogo, e acredito que o Partido de V. Exª não faltará, há alguém da nossa parte para dialogar. Nem V. Exª poderia alegar essa unidade absoluta do Partido de V. Exª, porque eu também não sei quem dialoga pelo PMDB. Já se vêem também algumas discrepâncias em termos de liderança, o que julgo até natural num momento como este. Mas creio, e espero sinceramente, que este momento seja aproveitado para prestigiar o Congresso, para onde as forças políticas convergem e que, evidentemente, cabe a nós preservar, prestigiar e, afinal de contas, dar-lhe condições para conduzir a Nação ao seu verdadeiro destino. Era só o que eu tinha a dizer.

O SR. PEDRO SIMON — Agradeço o importante pronunciamento do nobre Líder, e quero dizer que sou solidário a ele no seu princípio, que é muito importante. Eu também acho que o fato do povo ir às ruas clamar, fazer uma movimentação, não significa que nós tenhamos que passar por cima de tudo e não cumprir as normas. Eu penso assim também. Acho que se deve ouvir o clamor das ruas, ouvir o clamor popular, identificar-se com o clamor popular dentro das normas legais. Só que nem 5% desse povo foi às ruas, em 1964 e, baseado que o povo estava nas ruas, V. Exª aplaudiu o Movimento de 1964, que depois um Presidente e está aí até hoje. Quando se fala quais foram as origens do Movimento de 1964, diz-se que foram o povo nas ruas, rezando com Deus, a Pátria, a Família, e o terço na mão; este povo, que V. Exª diz muito bem, não deve servir de pretexto para, em nome dele, se desvirtuar o caminho da normalidade. Desta vez não, o povo foi às ruas, não para conclamar que se derrubasse o regime do General Figueiredo; o povo foi às ruas para pedir, para conclamar que o sucessor do General Figueiredo fosse eleito pelo voto direto. Essa manifestação do povo nas ruas, ordeira e pacífica, não foi uma movimentação contra a Lei, para violentar a Lei, para derrubar o Movimento, o Presidente legalmente Constituído. Não! Pelo contrário, o povo foi às ruas conclamar o Congresso Nacional, e diz bem V. Exª, ele se dirigiu a quem? Ao Congresso Nacional, apelando para quê? Para que mudasse a Constituição, a fim de que o Presidente seja eleito pelo voto popular.

*O Sr. José Lins* — V. Ex<sup>a</sup> admite que ao Congresso cabe ouvir o povo e decidir soberanamente.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Faço um apelo ao orador para que não permita mais aparte, porque já passam 15 minutos do seu tempo. Há outros oradores inscritos.

O SR. PEDRO SIMON — Eu prometo, só ouvirei o Líder do meu Partido e peço desculpas a V. Ex<sup>a</sup>, se não o Líder do meu Partido vai pensar que estou dando preferência ao Líder do PDS. Apenas neste sentido. Eu ficaria mal perante o meu Líder.

*O Sr. José Lins* — Não pode jamais acontecer isso. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Quem vai ficar mal perante os nossos colegas é a Presidência.

O SR. PEDRO SIMON — V. Ex<sup>a</sup> sabe que não. V. Ex<sup>a</sup> sabe que tem a simpatia de todos. É uma figura à parte.

*O Sr. Humberto Lucena* — Congratulo-me com V. Ex<sup>a</sup> pelo seu pronunciamento, como sempre muito lúcido, V. Ex<sup>a</sup> não é só um parlamentar dos mais atuantes nesta Casa, mas também um observador dos mais competentes no panorama político nacional. E, como sempre, brinda-nos com a sua análise bastante proveitosa. V. Ex<sup>a</sup> faz bem em rememorar as imensas e notáveis concentrações populares que fizemos em todo o Brasil sob o comando da própria sociedade brasileira como um todo, que esteve presente, como costume dizer, através de 99,9% dos seus componentes, numa solidariedade tranqüila e absoluta ao restabelecimento imediato das eleições diretas, para Presidente da República. E, como bem enfatiza V. Ex<sup>a</sup>, e não poderia ser diferente, hoje a posição do PMDB, e por isso a nossa Emenda, com os demais Partidos de Oposição e do Grupo pró-diretas do PDS, tem como carro-chefe, não só o restabelecimento das eleições “diretas já” para Presidente da República, Prefeito das Capitais, de Áreas de Segurança Nacional, de estâncias hidrominerais como, inclusive, a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte para 1986. E, nobre Senador Pedro Simon, como bem acentua V. Ex<sup>a</sup>, é a partir daí que propomos o nosso entendimento ao Congresso Nacional sob as vistas vigilantes da Nação brasileira a quem não poderemos jamais decepcionar. E esse entendimento depende, como é claro, de transigências recíprocas, mas essas transigências têm como limite o nosso compromisso com a sociedade brasileira. Temos que perseguir avanços institucionais importantes para apressar o processo de democratização, e neste particular registro a entrevista de hoje, que considero bastante promissora, do nobre Senador Aloysio Chaves, Líder do PDS nesta Casa, admitindo a idéia da convocação da Assembléia Nacional Constituinte para 1986. Que outros avanços nós possamos conseguir a fim de atingir a nossa grande meta que é a de levar o Brasil para uma democracia plena e autêntica.

O SR. PEDRO SIMON — Muito me honra o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, meu nobre Líder.

Encerro, Sr. Presidente, apenas salientando rapidamente dois aspectos. Primeiro, o resultado da votação na Câmara Federal, da Emenda Dante de Oliveira... (O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

...Estou encerrando, Sr. Presidente... foi de 55 Parlamentares do PDS votando ao nosso lado. A diferença no Colégio Eleitoral é de 32. A Oposição poderia namorar com o grupo da pró-diretas do PDS, no sentido de negociar dentro do Colégio Eleitoral. A Oposição preferiu unir-se aos pró-diretas para reformar a Constituição para ter o voto popular. Ponto número dois: tem razão o Líder quando diz que podemos debater, mas o debate, a discussão, o diálogo, a negociação, dê-se o nome que se quiser, é evidente que não pode ser feito na cúpula, esquecendo-se o povo na base. O nosso Partido tem um compromisso com o povo brasileiro, assumido nas praças públicas já em 1982, quando tivemos a imensa maioria — fomos partido majoritário nos votos populares e na campanha pró-diretas. E esse compromisso nós temos que resgatá-lo, fazendo o entendimento que for possível, desde que não nos afaste dos compromissos que temos com a sociedade e com a Nação brasileira. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

